****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 168, Ano 66, Sexta-feira**

**27 de Agosto de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.485, DE 26 DE AGOSTO DE 2021**

Regulamenta a Lei nº 17.529, de 19 de novembro de 2020, que institui o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – FUNTER, e o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – CONTER, do Município de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda –

FUNTER, e o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda

– CONTER, instituídos pela Lei nº 17.529, de 19 de novembro de 2020, ficam regulamentados pelas disposições deste decreto.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – FUNTER

Art. 2º O Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda de São Paulo – FUNTER, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de financiar programas, projetos, ações e serviços do Sistema Nacional de Emprego – SINE, bem como custear as despesas com organização, implementação, manutenção, modernização e gestão do sistema, vincula-se à **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo - SMDET**, a qual deverá prestar o apoio técnico e administrativo necessário à gestão do Fundo.

§ 1º O FUNTER será orientado e controlado pelo Conselho

Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – CONTER.

§ 2º Para os fins deste decreto, as ações e serviços do SINE ficam assim definidas:

a) intermediação de mão de obra;

b) habilitação ao seguro-desemprego;

c) qualificação,

d) certificação e orientação profissional;

e) informações gerais ao trabalhador;

f) fomento ao empreendedorismo;

g) assessoramento técnico ao trabalho autônomo, auto gestionário ou associado;

h) identificação do trabalhador.

Art. 3º Constituem recursos do FUNTER:

I – dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal, destinada ao FUNTER, vinculada à SMDET;

II – recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, conforme previsto no artigo 11 da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018, por meio de transferências fundo a fundo;

III – créditos suplementares, especiais e extraordinários, que lhe forem destinados;

IV – saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;

V – saldo financeiro apurado ao final de cada exercício;

VI – repasses financeiros provenientes de convênios e ajustes afins, firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VII – receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Município de São Paulo, patrimoniados à SMDET, desde que referidos bens tenham sido adquiridos com recursos do FUNTER;

VIII – doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IX – produto da arrecadação de multas que lhe sejam direcionadas por sentenças judiciais;

X – receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o FUNTER;

XI – outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. Os recursos financeiros destinados ao FUNTER serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de sua própria titularidade, mantida em agência de estabelecimento bancário oficial, e movimentados pela SMDET, com o devido acompanhamento do CONTER.

Art. 4º A aplicação dos recursos do FUNTER obedecerá à finalidade a que se destina, contemplando:

I – o financiamento do Sistema Nacional de Emprego (SINE), abrangendo a organização, implementação, manutenção, modernização e a gestão da rede de atendimento do SINE no Município de São Paulo;

II – o financiamento, total ou parcial, de programas, projetos, ações e atividades previstos no Plano de Trabalho Municipal de Ações e Serviços, pactuado no âmbito do SINE;

III – o fomento ao trabalho, emprego e renda, mediante a execução das ações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 13.667, de 2018, sem prejuízo de outras que venham a ser autorizadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT);

IV – o fomento ao empreendedorismo, ao crédito para a geração de trabalho, emprego e renda, o microcrédito produtivo orientado e o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, Auto gestionário ou associado;

V – o pagamento das despesas com o funcionamento do CONTER, envolvendo o custeio, a manutenção e o pagamento dos dispêndios conexos aos objetivos do Fundo, exceto os de pessoal;

VI – o pagamento pela prestação de serviços às entidades conveniadas, públicas ou privadas, para a execução de programas e projetos específicos na área do trabalho, no âmbito do SINE;

VII – o pagamento de subsídio à pessoa física beneficiária de programa ou projeto da política pública de trabalho, emprego e renda, no âmbito do SINE;

VIII – a aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos, no âmbito do SINE;

IX – a construção, reforma, ampliação, manutenção e a aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de atendimento ao trabalhador;

X – o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços relacionados à implementação da política municipal de trabalho, emprego e renda, no âmbito do SINE;

XI – o custeio, manutenção e o pagamento das despesas conexas aos objetivos do FUNTER no desenvolvimento de ações, serviços e programas afetos ao SINE.

Parágrafo único. Aplicam-se, ainda, aos recursos do FUNTER as demais vinculações ou restrições de utilização previstas em legislação específica.

Art. 5º Por meio do FUNTER, o Município de São Paulo poderá receber repasses financeiros de Fundos de Trabalho Estadual, mediante transferências automáticas fundo a fundo, bem como de outras instituições por intermédio de convênios ou instrumentos similares, atendendo às finalidades no âmbito da política municipal de trabalho, emprego e renda.

Art. 6º O FUNTER será administrado pela SMDET, por intermédio de sua Coordenadoria do Trabalho, sob a fiscalização, planejamento e controle do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – CONTER.

Parágrafo único. O FUNTER utilizará a estrutura administrativa e contábil da SMDET.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, na condição de órgão responsável pela execução das ações e serviços no âmbito da política municipal de trabalho, emprego e renda, prestará contas anualmente ao Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – CONTER, sem prejuízo da demonstração da execução das ações e serviços ao CODEFAT, quanto aos recursos transferidos do FAT.

Parágrafo único. Sem prejuízo do acompanhamento exercido pelo CONTER, caberá à SMDET acompanhar a conformidade da aplicação dos recursos transferidos à esfera municipal, podendo requisitar informações referentes a essas transferências para fins de análise e acompanhamento de sua utilização.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA – CONTER

Art. 8º O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – CONTER será composto 12 (doze) membros titulares, em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Poder Público, sendo:

I – 4 (quatro) representantes do Poder Público, mediante indicação de um representante, pelo respectivo titular de cada um dos seguintes órgãos:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo – SMDET;

b) Secretaria Municipal da Fazenda – SF;

c) Secretaria do Governo Municipal – SGM;

d) Coordenadoria de Empreendedorismo, Renda e Trabalho – CERT, da Secretaria de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo;

II - 4 (quatro) representantes dos trabalhadores, indicados pelas seguintes entidades:

a) Força Sindical do Estado de São Paulo;

b) União Geral dos Trabalhadores do Estado de São Paulo

– UGT;

c) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE;

d) Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE;

III – 4 (quatro) representantes dos empregadores, indicados pelas seguintes entidades:

a) Federação das Indústrias do Estado de São Paulo –

FIESP;

b) Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO;

c) Associação Comercial de São Paulo – ACSP;

d) Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE.

§ 1º Para cada membro titular, haverá um membro suplente pertencente ao mesmo órgão/entidade.

§ 2º Os mandatos dos representantes são de quatro anos, permitida a recondução, nos termos das disposições do Regimento Interno do CONTER, a que se refere o inciso V do artigo 10 deste decreto.

§ 3º Os conselheiros, titulares e suplentes, serão indicados pelas respectivas organizações ou órgãos, e serão formalmente nomeados mediante Portaria do Prefeito, a ser publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no sítio oficial de SMDET.

§ 4º As Centrais, Uniões ou Organizações dos trabalhadores poderão indicar representantes municipais vinculados às suas respectivas entidades, no intuito de garantir representação na cidade de São Paulo, que conheçam as demandas e necessidades relativas a trabalho, emprego e renda.

§ 5º Pela atividade exercida no Conselho, os seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

§ 6º Na composição do Conselho, observar-se-á o disposto na Lei nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013.

Art. 9º A presidência e a vice-presidência do Conselho, eleitas por maioria absoluta de votos dos seus membros, para mandato de até 02 (dois) anos, serão exercidas em sistema de rodízio, sendo alternada entre as representações dos trabalhadores, dos empregadores e do Poder Público, vedada a recondução para período consecutivo.

§ 1º Os primeiros mandatos para a presidência e vice- -presidência do Conselho serão exercidos por representantes do Poder Público.

§ 2º Quando a presidência e a vice-presidência do Conselho forem de titularidade do Poder Público, deverá ser exercida pelos representantes indicados na alínea “a” do inciso I do artigo 8º deste decreto.

§ 3º A eleição da presidência e da vice-presidência do Conselho deverá ser formalizada mediante resolução do Colegiado,publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no sítio oficial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo (SMDET).

§ 4º No caso de vacância da Presidência, caberá ao Colegiado realizar nova eleição para Presidente, dentre os membros da mesma bancada, garantindo o sistema de rodízio e de modo a completar o mandato do antecessor, ficando assegurada a continuidade da atuação do Vice-Presidente até o final de seu mandato.

Art. 10. Compete ao CONTER gerir o Fundo Municipal do

Trabalho, Emprego e Renda e exercer as seguintes atribuições:

I – deliberar e definir acerca da Política de Trabalho, Emprego e Renda, no âmbito do município de São Paulo, em consonância com a Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda;

II – apreciar e aprovar o plano de ações e serviços do SINE, na forma estabelecida pelo CODEFAT, bem como a proposta orçamentária da Política de Trabalho, Emprego e Renda, e suas alterações, a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, responsável pela coordenação da Política de Trabalho, Emprego e Renda no município;

III – acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política de Trabalho, Emprego e Renda, conforme normas eregulamentos estabelecidos pelo CODEFAT e pelo Ministério da Economia;

IV – orientar e controlar o Fundo Municipal do Trabalho, incluindo sua gestão patrimonial, inclusive a recuperação de créditos e a alienação de bens e direitos;

V – aprovar seu Regimento Interno, observando-se os critérios definidos pelo CODEFAT;

VI – exercer a fiscalização dos recursos financeiros destinados ao SINE, depositados em conta especial de titularidade do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

VII – apreciar e aprovar relatório de gestão anual que comprove a execução das ações do SINE, quanto à utilização dos recursos federais descentralizados para o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

VIII – aprovar a prestação de contas anual do Fundo Municipal do Trabalho;

IX – baixar normas complementares necessárias à gestão do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

X – estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das políticas de trabalho, emprego e renda do município;

XI – deliberar sobre outros assuntos de interesse do Fundo

Municipal do Trabalho.

Art. 11. O CONTER reunir-se-á:

I – ordinariamente, no mínimo a cada bimestre, por convocação de seu Presidente;

II – extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu Presidente ou de 1/3 de seus membros.

§ 1º As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho serão iniciadas com o quórum mínimo de dois terços de seus membros;

§ 2º As reuniões do Conselho serão realizadas em dia, hora e local previamente marcados;

§ 3º Os membros do Conselho deverão receber com antecedência a ata da reunião que a precedeu, a pauta, e, em avulso, a documentação relativa às matérias que dela constarem.

§ 4º Poderão ser convidadas para as reuniões instituições com saber técnico na temática, no intuito de prestar consulta ou trazer informações relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 12. As deliberações do Conselho deverão ser tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum mínimo de que trata o §1º do artigo 11 deste decreto, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

§ 1º As deliberações serão formalizadas mediante a edição de atos normativos, expedidos em ordem numérica e publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no sítio oficial da SMDET.

§ 2º É obrigatória à confecção de atas das reuniões do CONTER, as quais deverão ser arquivadas na respectiva Secretaria Executiva para efeito de consulta e disponibilizadas no sítio oficial da SMDET.

Art. 13. Cabe ao Presidente do Conselho:

I – presidir as sessões plenárias, orientar os debates, colher os votos e votar;

II – emitir voto de qualidade nos casos de empate;

III – convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – solicitar informações, estudos e/ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;

V – conceder vista de matéria constante de pauta;

VI – decidir, "ad referendum" do Conselho, quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião, devendo dar imediato conhecimento da decisão aos membros do Colegiado;

VII – prestar, em nome do Conselho, todas as informações relativas à gestão dos recursos do respectivo Fundo do Trabalho, especialmente os provenientes do FAT;

VIII – expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições; e

IX – cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Conselho e demais normas atinentes à matéria.

Parágrafo único. A decisão de que trata o inciso VI deste artigo será submetida à homologação do Conselho, na primeira reunião subsequente.

Art. 14. A Secretaria Executiva do Conter será exercida pela

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, por intermédio de sua Coordenadoria do Trabalho, a ela cabendo a realização das tarefas técnico-administrativas.

Parágrafo único. O cargo de Secretário-Executivo será desempenhado pelo Coordenador do Trabalho, e sua suplência por servidor formalmente designado pelo mesmo, por meio de ato oficial publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no sítio oficial da SMDET.

Art. 15. Caberá à Secretaria Executiva do CONTER:

I – preparar as pautas e secretariar as reuniões do Conselho;

II – agendar as reuniões do Conselho e encaminhar aos seus membros os documentos a serem analisados;

III – expedir ato de convocação para reunião extraordinária, por determinação do Presidente do Conselho;

IV – encaminhar, às entidades representadas no Conselho, cópias das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

V – preparar e controlar a publicação de todas as deliberações proferidas pelo Conselho;

VI – sistematizar dados e informações e promover a elaboração de relatórios que permitam a aprovação, execução e o acompanhamento da Política de Trabalho, Emprego e Renda, bem como a gestão do Fundo Municipal do Trabalho pelo Conselho;

VII – executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho.

Art. 16. Ao Secretário-Executivo do CONTER compete:

I – coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades técnico-administrativas da Secretaria Executiva;

II – secretariar as reuniões plenárias do Conselho, lavrando e assinando as respectivas atas;

III – cumprir e fazer cumprir as instruções emanadas da

Presidência do Conselho;

IV – minutar as resoluções a serem submetidas à deliberação do Conselho;

V – constituir grupos técnicos, conforme deliberação do Conselho;

VI – promover a cooperação entre a Secretaria Executiva, as áreas técnicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, bem como com as assessorias técnicas das entidades e órgãos representados no Conselho;

VII – adotar providências para cadastramento e atualização dos dados, informações e documentos do Conselho no Sistema de Gestão dos Conselhos de Trabalho, Emprego e Renda – SG- -CTER;

VIII – assessorar o presidente do Conselho nos assuntos referentes à sua competência;

IX – cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Conter.

Art. 17. O Conselho deverá ser credenciado por meio do

Sistema de Gestão dos Conselhos de Trabalho, Emprego e

Renda – SG-CTER, mantido pelo Ministério da Economia, e disponibilizado na internet.

§ 1º A instituição, regulamentação e o credenciamento no

SG-CTER são condições indispensáveis para a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme

Resolução n° 890, de 02 de dezembro de 2020, do CODEFAT.

§ 2º Caberá à Secretaria Executiva providenciar o devido cadastramento dos dados, informações e documentos exigidos no âmbito do SG-CTER, devendo ser permanentemente atualizados, nos termos das rotinas nele previstas e observados os normativos do CODEFAT.

§ 3º Para credenciamento do Conselho serão realizadas etapas de análise informatizada de dados e informações e de análise documental dos seus atos constitutivos e regimentais, os quais deverão estar em conformidade com esta Resolução e demais normativos do CODEFAT.

§ 4º Ocorrendo alteração dos atos constitutivos ou regimentais do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – CONTER, esses deverão ser atualizados no SG-CTER para fins de novo credenciamento dentro do prazo de 30 dias, contados a partir da data de publicação, sob pena de perda do credenciamento anteriormente concedido e nulidade dos atos relativos à aplicação de recursos do FAT, praticados durante o período de desconformidade.

§ 5º A senha para acesso ao SG-CTER, objetivando o respectivo cadastramento e credenciamento do Conselho, será fornecida ao Secretário-Executivo do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, que deverá se responsabilizar pela veracidade das informações prestadas e pelo sigilo e correto uso da senha disponibilizada.

§ 6º É facultado ao Secretário-Executivo do Conselho cadastrar equipe de apoio administrativo, que receberá senha para acesso ao SG-CTER, para auxiliar no cadastramento do CONTER.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Conselho poderá receber assessoramento do Ministério da Economia, do CODEFAT e de sua Secretaria Executiva para obtenção de orientações quanto a critérios e diretrizes estabelecidos para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda.

Art. 19. As despesas com o funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda envolvendo o custeio, a manutenção e o pagamento dos dispêndios conexos aos objetivos do Fundo, exceto os de pessoal, poderão ser custeadas com recursos alocados ao Fundo Municipal do Trabalho, inclusive os provenientes do FAT, observados os critérios de pactuação das ações do SINE, constantes nas demais regulamentações aprovadas pelo CODEFAT.

Art. 20. O Conselho poderá criar Grupo Técnico para assessoramento dos Conselheiros nos assuntos de sua competência.

Art. 21. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 26 de agosto de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 26 de agosto de 2021.

**DECRETO Nº 60.486, DE 26 DE AGOSTO DE 2021**

Dispõe sobre permissão de uso à Companhia do Metropolitano de São Paulo -

METRÔ, a título precário e gratuito, de áreas municipais localizadas na Rua Zodíaco, Subprefeitura de Aricanduva/Formosa/Carrão.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e na conformidade do disposto no artigo 114, § 4º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a outorga de permissão de uso, a título precário e gratuito, à Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, de seis áreas de propriedade municipal situadas na Rua Zodíaco, Praça Mauro Broco, Vila Formosa, Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão, destinadas à implantação das obras de expansão da linha 2 - Verde, de base de manutenção e de quatro vias de estacionamento de trens, e de acesso à futura estação.

Art. 2º As áreas referidas no artigo 1º deste decreto, compostas por área I, com 220,75m² (duzentos e vinte metros e setenta e cinco decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 15–16–17–10–22–23–24–25–26–27–30–31–32– 33–34–15; área II, com 99,70m² (noventa e nove metros e setenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro A–B–C–D–E–F–G–H–A; área III, com 6,20m² (seis metros e vinte decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro I -J–K- –L–I; área IV, com 21,57m² (vinte e um metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro M–N-

-O–P–Q–R–M; área V, com 55,70m² (cinquenta e cinco metros e setenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 10–18–19–20–21–22–10 e área VI, com 56,15m² (cinquenta e seis metros e quinze decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 27–28–29–30–27, estão configuradas na planta DGPI-00.407\_00 do arquivo da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário – CGPATRI, juntada no documento nº 029834734 do processo nº 6068.2020/0000892-0, e serão descritas quando da formalização do respectivo termo de permissão de uso por aquela Coordenadoria.

Art. 3º Do termo de permissão de uso, além das cláusulas usuais, deverá constar que a permissionária fica obrigada a:

I - não utilizar as áreas para finalidade diversa da prevista no artigo 1º deste decreto, bem como não cedê-las, no todo ou em parte, a terceiros;

II – não realizar quaisquer obras, ampliações ou benfeitorias nas áreas cedidas sem prévia aprovação do projeto pelas unidades municipais competentes;

III - não permitir que terceiros se apossem dos imóveis, bem como dar conhecimento imediato à Prefeitura de qualquer turbação de posse que se verifique;

IV – afixar e manter, no acesso aos imóveis e em lugar de perfeita visibilidade, placa informativa sobre a propriedade dos bens e condições de sua ocupação;

V – restituir as áreas imediatamente, tão logo solicitado pela Prefeitura, sem direito de retenção e independentemente de pagamento ou indenização pelas benfeitorias executadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio público municipal;

VI – proceder à obtenção das licenças cabíveis perante aos órgãos competentes, especialmente no tocante às condições de segurança e preservação do meio ambiente;

VII – responsabilizar-se por quaisquer eventos que decorram da utilização dos bens antes e após a completa regularização das edificações e do uso;

VIII – observar as normas que versam sobre a segurança e a regularidade das edificações, bem como os parâmetros de incomodidade e condições de instalação constantes da legislação.

Art. 4º A Prefeitura terá o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste decreto e no termo de permissão de uso, sobretudo quanto aos aspectos de segurança.

Art. 5º A Municipalidade não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes de obras, serviços e trabalhos a cargo da permissionária.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 26 de agosto de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 26 de agosto de 2021.

**SECRETARIAS**

**EDUCAÇÃO**

GABINETE DO SECRETÁRIO

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 34, DE 26 DE AGOSTO DE 2021**

**6016.2021/0088223-7**

REORIENTA O PROGRAMA “SÃO PAULO INTEGRAL – SPI”

NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - EMEIs,

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL - EMEFs,

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

- EMEFMs, ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BILINGUE

PARA SURDOS - EMEBSs E NOS CENTROS EDUCACIONAIS

UNIFICADOS - CEUs DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO:

- a Lei Federal nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

- a Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, com ênfase no seu art. 1º e alterações posteriores, em especial, a Lei federal nº 12.796/13 e a Lei Federal nº 13.415/17;

- as Leis Federais nºs 10.639/03 e 11.645/08, que dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana, Afro brasileira e Indígena;

- a Lei Federal nº 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE;

- a Resolução CNE/CP nº 2/17, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular;

- a Resolução CNE/CEB nº 3/18, que atualiza as Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

- a Resolução CNE/CP nº 4/18, que institui a Base Nacional

Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica;

- a Resolução CNE/CP nº 2/21, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar;

- o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos,

MEC, 2007;

- a Portaria MEC nº 1.432/18, que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio;

- a Lei Municipal nº 16.271/15, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;

- a Instrução Normativa SME nº 29/21, que dispõe sobre a reorganização do trabalho educacional no segundo semestre letivo de 2021 nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências;

- a Instrução Normativa SME nº 32/19, que dispõe sobre a

Reorganização do Projeto de Apoio Pedagógico – Recuperação de Aprendizagens, sobre a função de Professor de Apoio Pedagógico – PAP, e dá outras providências;

- a Portaria SME nº 5.930/13, que regulamenta o Decreto nº 54.452/13, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - “Mais Educação São Paulo”;

- a Portaria SME nº 1.224/14, que instituiu o Sistema de Gestão Pedagógica - SGP;

- a Portaria SME nº 7.464/15, que instituiu o Programa “São Paulo Integral” nas escolas da Rede Municipal de Ensino -

RME e alterações posteriores;

- a Portaria SME nº 5.956/16, que reorganiza o Programa “São Paulo Integral” nas Escolas Municipais;

- a Portaria SME nº 1.185/16, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino participantes do Programa “São Paulo Integral”;

- a Portaria SME nº 8.764/16, alterada pela Portaria SME nº 9.268/17, que regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, que “Institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva”;

- a Portaria SME nº 8.231/17, que inclui na Portaria SME nº 7.779/17 as especificações para o módulo docente no Programa São Paulo Integral;

- a Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata especificamente sobre a reorganização das atividades acadêmicas ou de aprendizagem em face dessa suspensão de atividades;

- a reorganização da etapa do Ensino Médio, subsidiada pela legislação federal vigente;

- os documentos conceituais e orientadores da Política São Paulo Educadora e os Indicadores de Monitoramento do

Programa São Paulo Integral, avaliação e aprimoramento das atividades de expansão de jornada;

- a Educação Integral em tempo integral, como Política Pública de Educação de uma Cidade Educadora; - a Educação Integral como direito de cidadania da infância e da adolescência e promotora do desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional, cultural e lúdica);

- o compromisso de garantir a alfabetização a todas as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental e aprendizagens adequadas a todos os estudantes, em todos os anos dos ciclos, observados o domínio dos conceitos que garantam os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para o respectivo ano, nos termos do Programa de Metas da Cidade e do Currículo da Cidade;

- a necessidade de incentivar a implementação da expansão dos territórios e espaços educativos e da jornada diária dos estudantes para, no mínimo, de 7 (sete) horas diárias;

- os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, o Currículo Integrador da Infância Paulistana e o Currículo da Cidade como documentos que subsidiam a prática pedagógica;

- o Currículo da Cidade como subsídio importante para orientar a prática pedagógica no Ensino Fundamental e Ensino

Médio, orientado pelos princípios da Inclusão, Equidade e Educação Integral, que se alinha à história da Rede e apresenta a

Matriz de Saberes e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, na perspectiva da educação para o século XXI;

- a importância de planejar estratégias para fazer frente à suspensão das atividades nas Unidades e seus impactos, visando especialmente garantir o direito à educação dos estudantes e tendo em vista a importância da comunidade escolar na formação desses cidadãos, baseado especialmente nos conceitos e papéis da Educação Integral e expansão de jornada;

RESOLVE:

Art. 1º Reorientar o Programa “São Paulo Integral - SPI” instituído pela Portaria SME nº 7.464, de 03/12/15, nas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio - EMEFMs, as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBSs, da Rede Municipal de Ensino e os Centros Educacionais Unificados - CEUs.

Art. 2º O Programa SPI, que tem como objetivo principal a promoção de experiências pedagógicas visando à consecução da educação integral por meio da expansão do tempo de permanência dos estudantes na escola de forma qualificada, a ressignificação dos espaços e do currículo, garantindo o direito de acesso aos territórios educativos na escola e para além dela, numa perspectiva de formação e desenvolvimento integral, contemplando as aprendizagens multidimensionais e a integralidade dos sujeitos, fica reorientado na conformidade desta Instrução Normativa, com fundamentação nas seguintes diretrizes gerais e pedagógicas:

DIRETRIZES GERAIS:

a) o território educativo em que os diferentes espaços, tempos e sujeitos, compreendidos como agentes pedagógicos, podem assumir intencionalidade educativa e favorecer o processo de formação das crianças e adolescentes para além da escola, potencializando a Educação Integral e integrando os diferentes saberes, as famílias, a comunidade, a vizinhança, o bairro e a cidade; configurando-se, assim, a Cidade de São Paulo como Cidade Educadora;

b) a educação como propulsora da democracia, possibilitando às crianças e adolescentes a compreensão da sociedade e a participação nas decisões que afetam os lugares onde vivem e por onde transitam;

c) o diálogo como estratégia na implementação de políticas socioculturais que reconhecem as diferenças, promove a equidade e criam ambientes colaborativos que consideram a diversidade dos sujeitos, da comunidade escolar e de seu entorno;

d) a autonomia das Unidades Educacionais com responsabilidade coletiva, favorecendo a criatividade e as diferentes aprendizagens, na diversidade cultural existente em cada território;

e) a comunidade de aprendizagem como rede de construção de um projeto educativo e cultural próprio para educar a si mesma, suas crianças e seus adolescentes;

f) a garantia às crianças e adolescentes do direito fundamental de circular pelos territórios educativos, apropriando-se deles, como condição de acesso às oportunidades, espaços e recursos existentes e ampliação contínua do repertório sociocultural e da expressão autônoma e crítica, asseguradas as condições de acessibilidade aos que necessitarem;

g) a expansão qualificada do tempo de aprendizagem

como possibilidade de superar a fragmentação curricular e a lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempos rígidos, na perspectiva da garantia da aprendizagem multidimensional dos estudantes;

h) a intersetorialidade das políticas sociais e educacionais como interlocução necessária à corresponsabilidade na formação integral, fomentado o protagonismo de crianças, adolescentes e seus educadores;

i) integrar a Proposta Pedagógica das UEs assegurando o direito ao convívio das crianças e adolescentes em ambientes acolhedores, seguros, agradáveis, desafiadores, que possibilitem a apropriação das diferentes linguagens e saberes que circulam na sociedade e considerem o Atendimento Educacional Especializado, sempre que necessário;

j) fomentar a intersetorialidade consolidando, nos territórios, o diálogo permanente e ações conjuntas com as Secretarias de Cultura, Esporte, Assistência Social, Saúde, Verde e

Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cidadania, Mobilidade e

Transportes, Urbanismo e Licenciamento, Segurança Urbana,

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, entre outras, assim como com as organizações da sociedade civil;

k) fortalecer os processos democráticos nas Unidades

Educacionais, em suas diferentes instâncias decisórias como:

Conselhos de Escola, Grêmios Estudantis, Associações de Pais e Mestres - APMs, Conselho Gestor e Colegiado de Integração (CEUs); Associação de Pais e Mestres, Servidores, Usuários e Amigos do CEU- APMSUAC;

l) desenvolver ações na perspectiva da Educação Inclusiva e criar oportunidades para que todas as crianças e adolescentes aprendam e construam saberes e conhecimentos juntos, de acordo com suas possibilidades, em todas as etapas e modalidades de ensino;

m) identificar possibilidades para o desenvolvimento de novas estratégias, ancoradas na concepção da Educação Integral e promover ações que integrem as políticas públicas de inclusão social.

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS:

a) o Currículo da Cidade em diálogo com o Projeto Político-

-Pedagógico das Unidades Educacionais, significativo e relevante, organizador da sua ação pedagógica na perspectiva da integralidade, que garante práticas, costumes, crenças e valores, que estão na base da vida cotidiana dos estudantes, sejam articulados ao conhecimento acadêmico, produzindo aprendizagens significativas, além de criar condições para o protagonismo, a autoria e a autonomia;

b) o atendimento à criança com base na pedagogia da infância, de modo a articular suas experiências e saberes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico e o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens a fim de promover o seu desenvolvimento integral;

c) as experiências educativas que levam em consideração o direito das crianças e adolescentes ao lúdico, à imaginação, à criação, ao acolhimento, à curiosidade, à brincadeira, à democracia, à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito,

dignidade, à convivência e à interação com seus pares para a

produção de culturas infantis;

d) os Itinerários Formativos, Percursos de Estudo e Formação e seus desdobramentos como expressão da autonomia dos adolescentes, garantindo seu protagonismo e exercício do seu direito de escolha;

e) a articulação das experiências e saberes dos estudantes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, assim como atitudes e valores, de modo a promover aprendizagens multidimensionais, com vistas ao seu desenvolvimento integral;

f) a valorização do diálogo entre as pedagogias: social, popular, formal, participativa e de projetos;

g) a potencialização do Currículo da Cidade – Educação Infantil como subsídio fortalecedor do Projeto Político Pedagógico nas Unidades de Educação Infantil, no intuito de promover reflexões sobre as práticas pedagógicas e o processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, na articulação dos trabalhos desenvolvidos nas duas etapas daEducação Básica;

h) a aplicação e análise dos resultados dos Indicadores de

Qualidade da Educação Infantil Paulistana, com o objetivo de auxiliar as equipes de profissionais das Unidades Educacionais, juntamente com as famílias e pessoas da comunidade, a desenvolver um processo de auto avaliação institucional participativa que leve a um diagnóstico coletivo sobre a qualidade da educação promovida pela Unidade, de forma a obter melhorias no trabalho educativo desenvolvido com as crianças;

i) a promoção de reflexões e discussões formativas acerca do Currículo da Cidade, como subsídio importante para orientar a prática pedagógica no Ensino Fundamental, tendo por base os princípios da Inclusão, da Equidade e da Educação Integral, em diálogo com o Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais, com a “Matriz de Saberes” e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, articulados aos Territórios do Saber propostos pelo Programa São Paulo Integral;

j) a promoção de reflexões e discussões formativas acerca do Currículo da Cidade, como subsídio importante para orientar a prática pedagógica no Ensino Médio, tendo por base os princípios da Inclusão, da Equidade e da Educação Integral, em diálogo com o Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais, com a “Matriz de Saberes” e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, articulados aos Itinerários Formativos, Percursos de Estudo e Formação e seus desdobramentos, propostos pelos documentos norteadores municipais, permitindo que os estudantes realizem escolhas interligadas ao seu projeto de vida, de forma que suas aprendizagens sejam significativas e contextualizadas;

k) para o ensino fundamental, a concepção das Experiências Pedagógicas como possibilidades de exprimir as intencionalidades e concepções pedagógicas propostas, com vistas a promover aprendizagens nos Territórios do Saber, além de outras experiências locais e/ou universais que dialoguem com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional;

l) para o ensino médio, a concepção dos Percursos de Estudo e Formação e seus desdobramentos como possibilidades de exprimir as intencionalidades e concepções pedagógicas propostas, com vistas a promover aprendizagens nos Itinerários Formativos, além de outras experiências locais e/ou universais que dialoguem com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional;

m) a ressignificação do currículo, na perspectiva da Educação Integral, Integrada e Integradora de forma a torná-lo mais eficaz na aprendizagem do conjunto de conhecimentos que estruturam os saberes escolares, qualificando a ação pedagógica e fortalecendo o desenvolvimento integral dos estudantes como cidadãos de direito, ampliando assim, as possibilidades de participação e de aprendizagens para a valorização da vida.

ADESÃO AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL

Art. 3º Para aderir ao Programa “São Paulo Integral – SPI” as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental deverão apresentar as seguintes condições:

I - espaços educativos compatíveis com o número de estudantes por turno que participarão do SPI, considerando, inclusive, outros equipamentos/espaços do entorno, além da possibilidade de organização dos espaços entre os turnos de funcionamento; II - proposta de adesão amplamente discutida com a comunidade educativa e aprovada pelo Conselho de Escola;

III - possibilidade de assegurar a permanência do educando em turno de tempo integral por 07 (sete) horas diárias, totalizando 08 (oito) horas-aula de efetivo trabalho educacional quando se tratar de Unidades Educacionais de Ensino Fundamental.

Art. 4º Para aderir ao Programa “São Paulo Integral – SPI” as Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs deverão apresentar as seguintes condições:

I - demanda escolar atendida;

II - espaços educativos compatíveis com o número de crianças por turno que participarão do SPI, considerando inclusive, outros equipamentos/espaços do entorno;

III - proposta de adesão amplamente discutida com a comunidade educativa e aprovada pelo Conselho de Escola;

IV - possibilidade de assegurar a permanência das crianças em turno de tempo integral por 08 (oito) horas-aula diárias.

Art. 5º A solicitação de adesão ao Programa SPI mencionadas nos artigos 3º e 4º será formalizada mediante o preenchimento e encaminhamento à DRE, por meio do sistema SEI, no período estabelecido em comunicado específico, do Formulário de Adesão, Anexo II – EMEIs, EMEFs, EMEBs e EMEFMs, parte integrante desta Instrução Normativa.

Art. 6º As EMEFs dos Centros Educacionais Unificados –

CEUs, exceto aquelas que possuem polo de Educação Bilíngue, continuarão participando compulsoriamente do SPI garantindo a:

I - permanência dos estudantes em turno de tempo integral por 07 (sete) horas diárias, totalizando 08 (oito) horas-aula de efetivo trabalho educacional;

II - construção coletiva de ações com as Unidades Educacionais que as compõem e com as do entorno.

§ 1º A participação de que trata o “caput” deste artigo será articulada pelos Coordenadores de Núcleos dos CEUs, equipes gestoras, docentes e Conselho de Escola das UEs envolvidas, além do Conselho Gestor do CEU.

§ 2º A adesão será formalizada mediante o preenchimento e encaminhamento, à DRE, por meio do sistema SEI, do Formulário de Participação Compulsória, Anexo III – EMEFs dos CEUs, parte integrante desta IN.

Art. 7º As EMEFM e a EMEBS que oferecem o Ensino Médio em tempo integral participarão compulsoriamente do SPI garantindo a:

I - permanência dos estudantes em turno de tempo integral por 08 (oito) horas diárias, totalizando 09 (nove) horas-aula de efetivo trabalho educacional;

§ 1º A adesão será formalizada mediante o preenchimento e encaminhamento, à DRE, por meio do sistema SEI, do Formulário de Participação Compulsória, Anexo VI – EMEFM e EMEBS com oferta de Ensino Médio, parte integrante desta IN.

Art. 8º As UEs que participam do Programa SPI deverão preencher e encaminhar à DRE, por meio do sistema SEI, no prazo estabelecido em comunicado específico, o Formulário de

Continuidade - EMEIs, EMEFs e EMEFMs, do Anexo IV, parte integrante desta IN.

Art. 9º Para a efetivação da adesão ao Programa será observada, pelas Diretorias Regionais de Educação - DREs e pela Secretaria Municipal de Educação – SME, a disponibilidade orçamentária, os critérios pedagógicos e a consonância da proposta com os demais programas vigentes.

Parágrafo único. Na hipótese de o número de escolas interessadas em aderir ao SPI superar o estabelecido pela SME, serão priorizadas aquelas que detiverem:

a) maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade social;

b) maior número de estudantes com dificuldades de aprendizagem consoante com os resultados obtidos nas avaliações externas, internas e instrumentos de acompanhamento das aprendizagens.

Art. 10. Anualmente, a SME incumbir-se-á de publicar Comunicado específico com o cronograma e as demais orientações pertinentes ao SPI.

Art. 11. As EMEFs, EMEBSs e EMEFMs que aderirem ao

Programa “São Paulo Integral”, deverão:

I - Se em continuidade:

a) priorizar a continuidade de todas as turmas atendidas no ano em curso;

b) priorizar expansão gradativa do atendimento às demais turmas da escola, com vistas ao atendimento de todos os estudantes do Ciclo participante do Programa até que concluam o

Ensino Fundamental.

II - Se em adesão inicial:

a) definir, em conjunto com o Conselho de Escola, Supervisão Escolar e Equipe da Diretoria Regional de Educação as turmas que serão priorizadas.

Parágrafo único. A Unidade Educacional que aderir ao

Programa SPI com o atendimento de turmas dos 1ºs anos do

Ensino Fundamental deverão assegurar o atendimento dessas turmas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DAS TURMAS

Art. 12. As turmas das Unidades participantes do Programa

SPI serão organizadas nos seguintes horários:

I - Ensino Fundamental:

a) 1º turno: das 7h às 14h;

b) 2º turno: das 11h30 às 18h30 ou das 12h às 19h.

II - Educação Infantil em turno único entre 7h e 19h.

III - Ensino Médio:

a) turno único das 7h às 15h

Parágrafo único. As propostas de horário diverso do estabelecido no “caput” deverão ser submetidas à análise e autorização do Supervisor Escolar e homologação do Diretor

Regional de Educação.

Art. 13. O tempo de permanência dos estudantes das EMEFs, EMEFMs, EMEBSs fica distribuído na seguinte conformidade:

I - Para o Ensino Fundamental

a) 08 (oito) horas-aula diárias de efetivo trabalho educacional;

b) 01 (uma) hora diária de intervalo, destinada à higiene, alimentação e atividade livre, dividida em, no mínimo, dois tempos.

II - Para o Ensino Médio

a) 09 (nove) horas-aula diárias de efetivo trabalho educacional;

b) no mínimo 01 (uma) hora diária de intervalo, destinada à higiene, alimentação e atividade livre, dividida em 20 minutos para lanche e 40 minutos para almoço;

Art. 14. Na organização do tempo e espaços das EMEIs serão assegurados:

I - momentos de cuidados, destinados à higiene, alimentação e atividades livres, em consonância com a política educacional vigente;

II - experiências de aprendizagem na associação do cuidar e educar em diferentes espaços, flexibilizando o tempo conforme o interesse da criança;

III - a intencionalidade docente, manifestada por meio de vivências que possibilitem o protagonismo infantil, em diálogo com a formação integral das crianças em todas as suas dimensões.

Parágrafo único. Os horários de distribuição das refeições serão organizados conforme previsto na Instrução Normativa que dispõe sobre a Organização das Unidades Educacionais da

Rede Municipal de Ensino.

Art. 15. O Atendimento Educacional Especializado e a atuação dos Professores das Salas de Recursos Multifuncionais

– SRM, nas turmas participantes do Programa SPI serão realizados conforme previsto na Portaria SME nº 1.185/16 e Portaria nº

8.764/16, alterada pela Portaria nº 9.268/17.

EXPANSÃO CURRICULAR

Art. 16. A expansão curricular, exclusivamente nas classes do Ensino Fundamental, dar-se-á por meio dos Territórios do Saber organizados em Experiências Pedagógicas, conforme segue:

I - Educomunicação, Oralidade e Novas Linguagens:

a) Experiências de leitura, tais como: Academia Estudantil de Letras (AEL), clube de leitura, contação de histórias, cordel, cultura popular, oratória, diversidade cultural, sarau, slam;

b) Línguas estrangeiras, tais como: alemã, espanhola, francesa, italiana, inglesa, japonesa etc.

c) Educomunicação, que pode se desdobrar em: cinema e vídeo, fotografia, imprensa jovem, rádio, jornal, jornal escolar;

d) LIBRAS: docência realizada por PEIFs ou PEFIIs com habilitação na área;

II - Culturas, Arte e Memória:

e) Arte, que pode se desdobrar em: artes visuais, canto coral, dança, música, teatro;

f) Jogos e brincadeiras, que podem se desdobrar em: brinquedos e brincadeiras, brincadeiras inclusivas, diversidade cultural, jogos de tabuleiro;

III - Orientação de Estudos e Invenção Criativa:

g) Conhecimentos matemáticos e científicos, que podem se desdobrar em: raciocínio lógico, clube de matemática, clube de ciências/investigação, pequenos inventores, robótica;

h) Ações de Apoio Pedagógico, destinadas ao aprofundamento de estudos e recuperação contínua com docência realizada pelos PEIFs, PEFIIs (Língua Portuguesa e Matemática) ou designados para a função de Professor de Apoio Pedagógico (PAP) nos termos da legislação vigente que normatiza a função do PAP;

IV - Consciência e Sustentabilidade Socioambiental, Economia Solidária e

Educação Financeira:

i) Horta e Educação Alimentar, que podem se desdobrar em: culinária, educação alimentar e nutricional, alimentação, saúde, jardinagem, educação fiscal, educação financeira, consumo

consciente;

V - Ética, Convivência e Protagonismos:

j) Ações cidadãs, que podem se desdobrar em: cidadania e participação, direitos humanos, economia solidária, mobilidade urbana, grêmios estudantis;

VI - Cultura Corporal, Aprendizagem emocional e Promoção da Saúde:

k) Atividades físicas e recreativas, como circo, e iniciação esportiva, com docência realizada exclusivamente pelos PEFIIs

- Educação Física;

VII - Qualquer um dos Territórios supracitados:

l) Outras: a partir de uma necessidade ou interesse apontado no Projeto Político-Pedagógico.

§ 1º O planejamento das experiências pedagógicas de que trata o “caput” deverá considerar o atendimento às necessidades específicas das crianças e adolescentes, além dos que se constituem como público-alvo da Educação Especial, assegurando sua plena participação e o direito à educação com os princípios da equidade.

§ 2º A expansão curricular no Ensino Médio realizar-se-á por meio dos Itinerários Formativos, dos Percursos de Estudo e

Formação e seus desdobramentos, organizados de acordo com

Instrução Normativa específica.

§ 3º Para a Educação Infantil, deverão ser observados o Projeto Político-Pedagógico das Unidades e as especificidades dessa etapa da Educação Básica.

PLANEJAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E

REGISTROS

Art. 17. As experiências pedagógicas deverão ser planejadas e desenvolvidas com metodologias e recursos didático-

-pedagógicos específicos, nos Territórios do Saber, observados os princípios de equidade, inclusão, sustentabilidade e contemporaneidade; em diálogo com o Currículo da Cidade, à luz do documento “Educação Integral: Política São Paulo Educadora” e da elaboração de proposta de formação continuada dos profissionais.

Art. 18. Na composição do tempo de permanência do estudante deverão ser organizados quadros de expansão curricular, tempos e espaços/ambientes, de acordo com as prioridades estabelecidas no Projeto-Político Pedagógico da Unidade e com ênfase nas dimensões intelectual, social, afetiva, física, cultural e lúdica em consonância com as práticas educativas transversais, inter e transdisciplinares; buscando a integração dos representantes da comunidade escolar e dos diferentes espaços educativos.

§ 1º O planejamento proposto deve contemplar um ciclo de atividades nos Territórios do Saber, de forma articulada com o PPP da Unidade Educacional, aos conhecimentos historicamente produzidos e com a Matriz de Saberes, com vistas à formação integral do sujeito.

§ 2º Em razão do período de suspensão de atividades emrazão da pandemia e dos impactos causados aos estudantes, a

Experiência Pedagógica “Ações e Apoio Pedagógico”, atinente ao Território do Saber “Orientação de Estudos e Invenção Criativa”, deverá ser ofertada em todas as Unidades do Ensino

Fundamental, no mínimo em uma turma.

Art. 19. As Unidades Educacionais incumbir-se-ão de planejar e organizar as atividades de expansão curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental elaboradas em 5 (cinco) fases, que assim se destinam:

a) Fase 1: adesão e diagnóstico das necessidades apontadas no Projeto Político-Pedagógico; e análise dos projetos e programas já implantados na Unidade Educacional bem como a viabilidade de implantação de novos; em diálogo com as estratégias de escuta/ participação das crianças, Grêmio Estudantil, as assembleias escolares e a formação continuada.

b) Fase 2: definição dos Territórios do Saber/Experiências

Pedagógicas e levantamento dos professores interessados em assumir as aulas;

c) Fase 3: planejamento das ações a partir dos Territórios do

Saber/Experiências Pedagógicas que terão continuidade e dos que serão implantados;

d) Fase 4: execução e acompanhamento;

e) Fase 5: avaliação e readequações.

Art. 20. As Experiências Pedagógicas serão submetidas à aprovação do Conselho de Escola, contendo:

I – Território do Saber e Experiência Pedagógica;

II – Justificativa;

III – Objetivos;

IV – Professor Responsável e sua respectiva grade de horário de trabalho;

V – Cronograma de atividades e carga horária;

VI – Descrição das fases / etapas / desenvolvimento e avaliação;

VII – Recursos materiais;

VIII – Referências;

IX – Parecer da Equipe Gestora;

X – Aprovação do Conselho de Escola;

XI – Manifestação do Supervisor Escolar.

§ 1º O plano das Experiências Pedagógicas deverá ser encaminhado conforme Anexo V com cópia da ata de aprovação do Conselho de Escola para análise e parecer da Supervisão

Escolar, posterior homologação do Diretor Regional e cadastro no Grupo de Trabalho - GT “São Paulo Educadora” da DRE.

§ 2º O plano com o registro mencionado no artigo anterior, deverá constar no Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional e ser acompanhado desde o início do ano letivo pela equipe gestora, em especial pelo Coordenador Pedagógico, para fins de evolução funcional.

Art. 21. O quadro de horários e as atividades, das turmas que participam do Programa “São Paulo Integral”, deverá ser apresentado no descritivo do conjunto da proposta pedagógica, integrando o Projeto Político-Pedagógico da U.E.

Art. 22. A avaliação, com vistas à continuidade e redimensionamento da Experiência Pedagógica, será realizada coletivamente pelos participantes, Equipe Gestora, Supervisor Escolar e Conselho de Escola, nos termos da legislação vigente e registrada em livro próprio.

Art. 23. Os registros de frequência e acompanhamento dos estudantes serão realizados por meio dos sistemas informatizados da SME e Censo Escolar.

Parágrafo único. Na impossibilidade de os registros serem efetivados nos sistemas mencionados no “caput”, a documentação pedagógica concernente aos Territórios do Saber/

Experiências Pedagógicas deverá ser lavrada em livro próprio.

Art. 24. A Unidade Educacional com proposta de organização curricular diversa da estabelecida nesta Instrução Normativa, desde que, consoante ao seu Projeto Político-Pedagógico, à Política Educacional da SME e aprovada pelo Conselho de

Escola, deverá encaminhá-la para análise conjunta do GT, Supervisão Escolar da Unidade Educacional, Diretor Regional de

Educação e, posteriormente, submetida ao Conselho Municipal de Educação.

ATRIBUIÇÃO DE CLASSES /AULAS

Art. 25. Para a organização do Ensino Fundamental deverá ser observada a matriz curricular, constante do Anexo I, parte integrante desta Instrução Normativa e no Ensino Médio a matriz curricular constante em Instrução Normativa específica.

Art. 26. A regência da classe e aulas das turmas do Ciclo de Alfabetização integrantes do Programa SPI serão atribuídas conforme segue:

I - Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - regente da classe: 25 (vinte e cinco) horas-aula, sendo:

a) 23 (vinte e três) horas-aula conforme Base Nacional Comum;

b) 02 (duas) horas-aula de expansão curricular: Ações de Apoio Pedagógico.

II - Professor de Ensino Fundamental II e Médio - Arte: 02

(duas) horas-aula;

III - Professor de Ensino Fundamental II e Médio – Educação Física: 03 (três) horas-aula;

IV - Professor de Ensino Fundamental II e Médio - Inglês:

02 (duas) horas-aula;

V - Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL: 02

(duas) horas-aula de expansão Curricular em consonância com as orientações constantes no documento institucional “Sala de leitura: vivência saberes e práticas”.

- Professor Orientador de Educação Digital - POED: 02

(duas) horas-aula de expansão Curricular em consonância com o Currículo da Cidade de Tecnologias para Aprendizagem.

- Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e/ou de Ensino Fundamental II e Médio: 04 (quatro) horas-aula de experiências pedagógicas, de expansão Curricular em consonância com o Currículo da Cidade.

Parágrafo único. As aulas de Língua Inglesa serão ministradas pelo professor especialista sem docência compartilhada.

Art. 27. A regência da classe e aulas das turmas dos 4º e 5º anos do Ciclo Interdisciplinar integrantes do Programa SPI serão atribuídas conforme segue:

I - Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - regente da classe: 25 (vinte e cinco) horas-aula, sendo:

a) 23 (vinte e três) horas-aula conforme Base Nacional

Comum;

b) 02 (duas) horas-aula de expansão curricular: Ações de

Apoio Pedagógico.

II - Professor de Ensino Fundamental II e Médio - Arte: 01

(uma) hora-aula;

III - Professor de Ensino Fundamental II e Médio – Educação Física: 02 (duas) horas-aula;

IV- Professor de Ensino Fundamental II e Médio - Inglês: 02

(duas) horas-aula;

V - Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL: 02

(duas) horas-aula de expansão Curricular em consonância com as orientações constantes no documento institucional “Sala de leitura: vivência saberes e práticas”.

VI - Professor Orientador de Educação Digital - POED: 02

(duas) horas-aula de expansão Curricular em consonância com o Currículo da Cidade de Tecnologias para Aprendizagem.

VII - Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e/ou de Ensino Fundamental II e Médio: 06 (seis) horas-

-aula de experiências pedagógicas, de expansão Curricular em consonância com o Currículo da Cidade.

Parágrafo único. As aulas de Língua Inglesa serão ministradas pelo professor especialista sem docência compartilhada.

Art. 28. A regência das aulas de expansão curricular das turmas do 6º ano do Ciclo Interdisciplinar e do Ciclo Autoral integrantes do Programa SPI serão atribuídas conforme segue:

I - Professor Orientador de Sala de Leitura - POSL: 02 (duas) horas-aula de expansão Curricular em consonância com as orientações constantes no documento institucional “Sala deleitura: vivência saberes e práticas”.

II - Professor Orientador de Educação Digital - POED: 02

(duas) horas-aula de expansão Curricular em consonância com o Currículo da Cidade de Tecnologias para Aprendizagem.

III - Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental

I e/ou de Ensino Fundamental II e Médio: de 02 (duas) a 04

(quatro) horas-aula - Ações de Apoio Pedagógico;

IV - Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental

I e/ou de Ensino Fundamental II e Médio: de 04 (quatro) a 06

(seis) horas-aula de experiências pedagógicas, em consonância com o Currículo da Cidade.

Art. 29. A escolha/ atribuição das aulas de expansão curricular/ experiências pedagógicas/ itinerários formativos/ percursos de estudo e formação e seus desdobramentos ocorrerão conforme disposto em Instrução Normativa específica.

Art. 30. Os professores em regência de classes e aulas participarão da atribuição de aulas do Território do Saber, desde que, esgotadas as possibilidades de aulas de seu componente curricular/titularidade de concurso.

§ 1º Na hipótese da continuidade da experiência pedagógica, com a anuência da Equipe Gestora e do interessado, as aulas serão atribuídas com prioridade ao regente do ano anterior, exceto quando se tratar de professor excedente.

§ 2º Os Professores ocupantes de vaga no módulo sem regência escolherão/terão atribuídas aulas de expansão curricular a título de JEX e em turno diverso ao de sua jornada regular de trabalho.

Art. 31. A Equipe Gestora organizará as aulas do Território do Saber de modo a possibilitar que sejam ministradas por diferentes professores.

Art. 32. Esgotadas todas as possibilidades de atribuição no âmbito da UE, as aulas do Território do Saber serão encaminhadas à DRE para divulgação e atribuição nos Processos de escolha/atribuição inicial e/ou periódica.

Art. 33. Para fins de Evolução Funcional, após avaliação final do trabalho desenvolvido, o Diretor de Escola e o Coordenador Pedagógico expedirão Atestados aos participantes do

SPI, conforme disposto em legislação específica, desde que, atendidos os seguintes critérios:

I - experiências Pedagógicas atribuídas a título de JEX.

II - carga horária mínima de 64 horas distribuídas em 8 meses completos.

III - frequência igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária total do cronograma de atividades homologado.

Parágrafo único. O professor designado para a função de

Professor Orientador de Educação Integral – POEI fará jus ao

Atestado mencionado no “caput” deste artigo, ao contar com:

a) carga horária mínima de 320h distribuídas em 8 meses completos;

b) frequência igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) do total de TEX atribuídos.

MÓDULO DE SERVIDORES

Art. 34. As Unidades Educacionais participantes do Programa SPI com, no mínimo, três classes do Ensino Fundamental, terão acréscimo em seu módulo de 01 (um) Auxiliar Técnico de Educação – ATE, para exercício de atividades de Inspeção Escolar.

Art. 35. Excepcionalmente, as Unidades Educacionais participantes do Programa SPI com classes do Ensino Fundamental, terão seu módulo acrescido de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – PEIF I, conforme segue:

I - de 1 (uma) a 5 (cinco) classes: 01 (um) PEIF I;

II - a partir de 6 (seis) classes: 02(dois) PEIF I.

§ 1º A permanência na UE dos profissionais mencionados no “caput” deste artigo estará condicionada à continuidade no

Programa “São Paulo Integral”.

§ 2º A organização dos horários do profissional do módulo de Docentes deverá contemplar o horário de funcionamento do turno da Unidade Educacional, em articulação com os horários dos demais docentes que atuarão com as turmas integrantes do

Programa “São Paulo Integral”.

RECURSOS FINANCEIROS

Art. 36. Para as UEs participantes Programa SPI os recursos repassados por meio do Programa de Transferência de Recursos

Financeiros – PTRF, observado o número de turmas atendidas, serão acrescidos dos seguintes percentuais:

I - 20% sobre o valor fixo quando organizadas até 03 (três) turmas;

II - 25% sobre o valor fixo quando organizadas até 04

(quatro) turmas;

III - 30% sobre o valor fixo quando organizadas até 05

(cinco) ou mais turmas.

§ 1º Exclusivamente no ano da implantação/adesão ao Programa, as UEs terão acréscimo de R$ 10.000,00 (dez mil reais) no valor do primeiro repasse do PTRF.

§ 2º As UEs que permanecerem no Programa, além dos percentuais mencionados nos incisos I a III deste artigo, terão acréscimo de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), no valor do primeiro repasse do PTRF.

§ 3º A transferência dos recursos às UEs participantes do

Programa dar-se-á de acordo com a legislação do PTRF publicada anualmente.

Art. 37. As UEs que cederem seus espaços físicos para turmas presenciais de Ensino Profissionalizante e oriundas de parcerias firmadas junto a SME, além dos percentuais mencionados nos incisos I a III deste artigo, terão acréscimos nos valores do

PTRF conforme seguem:

I - 5% sobre o valor fixo quando organizadas até 03 (três) turmas;

II - 10% sobre o valor fixo quando organizadas até 04

(quatro) turmas;

III - 15% sobre o valor fixo quando organizadas até 06

(seis) turmas;

IV - 20% sobre o valor fixo quando organizadas 07 (sete) ou mais turmas

Parágrafo único. A transferência dos recursos de que trata este artigo dar-se-á de acordo com a legislação do PTRF publicada anualmente.

DESIGNAÇÃO DO POEI

Art. 38. Haverá nas UEs participantes, EMEIs, EMEFs, EMEBs ou EMEFMs, 1 (um) ou 2 (dois) professores, especialmente designados, para exercer a função de “Professor Orientador de Educação Integral - POEI”, sem prejuízo de suas atividades de regência de classes/aulas.

§ 1º O POEI será eleito pelo Conselho de Escola, preferencialmente, entre os profissionais da própria Unidade Educacional e deverá apresentar as seguintes condições:

a) ter disponibilidade de horário para atendimento dos estudantes e professores que atuam no Programa;

b) apresentar proposta de trabalho em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade/ Projeto Político

Educacional do CEU;

c) ter disponibilidade para participar dos cursos ou encontros de formação/orientação promovidos pela Diretoria

Regional de Educação e/ou pela Secretaria Municipal de Educação - SME.

§ 2º O POEI será designado por ato do Secretário Municipal de Educação a ser publicado no Diário Oficial da Cidade - DOC.

§ 3º Os POEIs serão remunerados a título de Jornada Especial de Trabalho Excedente – TEX, sendo no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) horas-aula de trabalho semanal.

§ 4º O segundo POEI será eleito somente nas Unidades

Educacionais que contarem com 12 ou mais turmas integrantes do SPI.

Art. 39. O Professor Orientador de Educação Integral -

POEI, que se afastar de suas funções por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, terá sua designação cessada.

Art. 40. Compete ao “Professor Orientador de Educação Integral - POEI”:

I - articular as atividades propostas pelos Programas “São Paulo Integral”, “Mais Educação São Paulo” e pelo Currículo da Cidade – Ensino Médio com o Projeto Político Pedagógico da Unidade e demais diretrizes dos programas desta Secretaria, inclusive durante os períodos destinados à formação continuada dos profissionais em parceria com o Coordenador Pedagógico;

II - articular, junto aos professores regentes do Itinerário Integrador, oferecido à primeira série do Ensino Médio em tempo integral, ações que possam auxiliar o estudante a delimitar e sistematizar o seu Projeto de Vida, além de orientá-lo quando da opção pelo Itinerário Formativo;

III - buscar parcerias que promovam a utilização de espaços educativos existentes na Cidade, incluindo, mas não se limitando ao seu entorno; considerando as especificidades do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional e os interesses revelados por meio da escuta ativa das crianças, jovens e suas famílias;

IV - promover a intersetorialidade com vistas a potencializar as experiências de aprendizagem possíveis no território educativo;

V - Organizar e acompanhar o desenvolvimento das diferentes experiências/vivências de aprendizagem e itinerários formativos na perspectiva da integralidade e integração das atividades educacionais, culturais, esportivas e sociais, promovidas na Unidade Educacional e em outros espaços educativos;

VI - articular e implementar ações educativas que favoreçam o desenvolvimento dos Programas e dos Itinerários Formativos, inclusive eventual substituição de docentes durantes as aulas do Território do Saber, sendo remunerado a título de JEX;

VII - propor ações que promovam a circulação das crianças

e jovens pelos “Territórios do Saber/Experiências Pedagógicas/ Itinerários Formativos” e a ambiência no convívio escolar;

VIII - participar de formações promovidas pela SME e DRE pertinentes a seu campo de atuação;

IX - auxiliar na implantação de uma política intersetorial e intersecretarial entre os setores e Secretarias dos diferentes órgãos públicos.

X - desempenhar suas funções e atribuições de forma articulada com o Diretor de Escola e o Coordenador Pedagógico.

Art. 41. Na 2ª quinzena do mês de novembro de cada ano, o Conselho de Escola avaliará o desempenho do Professor Orientador de Educação Integral - POEI, observadas suas atribuições no art. 38, para decidir sobre a sua continuidade ou não, assegurando-lhe a permanência na função até o término do ano letivo.

§ 1º O não referendo pelo Conselho de Escola, devidamente fundamentado, desencadeará novo processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Inexistindo na UE profissional interessado em participar do processo eletivo as inscrições serão abertas pela DRE para a Rede Municipal de Ensino, por meio de publicação no

DOC.

Art. 42. Compete à Equipe Gestora da UE:

I - articular o processo de adesão ao Programa, por meio da divulgação e incentivo à participação dos estudantes, assegurando o compartilhamento de informações entre os professores, funcionários e as famílias;

II - promover o debate acerca dos conceitos e concepções da Educação Integral, bem como dos princípios e diretrizes pedagógicas que balizam a adesão ao Programa “São Paulo Integral” e seu significado no Projeto Político-Pedagógico da

Unidade Educacional, nos diferentes espaços e colegiados da escola;

III - assegurar o controle sistemático da frequência dos estudantes e os registros pertinentes ao acompanhamento das atividades do Programa;

IV - promover as relações interpessoais, possibilitando a participação de todos que compõem os diferentes segmentos da escola nos procedimentos de tomada de decisão, na construção de estratégias para enfrentar demandas e dificuldades e nas metodologias para mediar conflitos;

V - fomentar o envolvimento de toda a comunidade e dos colegiados, em especial dos estudantes, em estratégias de ação/ reflexão/ação com vistas a assegurar o acompanhamento e avaliação contínua das atividades e na aplicação dos recursos financeiros;

VI - reafirmar o papel da escola, a importância e o lugar dos estudantes, professores, gestores e demais funcionários, das famílias e demais setores/organizações da sociedade na superação das fragilidades ainda estabelecidas na relação entre a escola e a comunidade, entre a conceituação de turno e contraturno, entre o entendimento do currículo e das ações complementares/suplementares, de forma a garantir, de fato, ambiência à educação integral;

VII - garantir percursos e tomada de decisões coletivas acerca das escolhas dos Territórios do Saber que comporão a expansão curricular na definição do currículo do Programa “São Paulo Integral” selecionados pela Unidade Educacional;

VIII - assegurar a compreensão quanto ao papel dos Itinerários Formativos, Percursos de Estudo e Formação e seus desdobramentos como parte da carga horária obrigatória aos estudantes do Ensino Médio;

IX - promover a intersetorialidade com vistas a potencializar as experiências de aprendizagem possíveis nos territórios

educativos; X - realizar o acompanhamento dos registros dos professores das experiências pedagógicas, Itinerários Formativos,

Percursos de Estudo e Formação e seus desdobramentos, e a avaliação institucional do programa por meio de uma autoavaliação participativa com a equipe gestora, professores, quadro de apoio, estudantes, pais e demais membros da comunidade escolar que realizaram a adesão ao programa, considerando: as experiências pedagógicas desenvolvidas, a integração curricular, a articulação dos territórios educativos nas e entre as escolas, a intersetorialidade e outras diretrizes que a unidade educacional considerar pertinente.

Art. 43. Caberá à Diretoria Regional de Educação - DRE, por meio da articulação de suas Divisões e da Supervisão Escolar, no âmbito de sua atuação:

I - fomentar discussões e reflexões acerca da organização dos tempos, da relação com os saberes e práticas contemporâneos, dos espaços potencialmente educacionais da comunidade e da cidade;

II - subsidiar os profissionais das Unidades Educacionais e dos Centros Educacionais Unificados - CEUs, propondo atividades de formação que potencializem o debate, as estratégias e metodologias de implementação, acompanhamento e avaliação do Programa “São Paulo Integral”;

III - propor atividades de formação em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação com a participação das equipes envolvidas;

IV - subsidiar as equipes das Unidades Educacionais no redimensionamento de seu Projeto Político-Pedagógico e Regimento Educacional;

V - indicar avanços, desafios e necessidades de sua região na implementação do Programa “São Paulo Integral” à Secretaria Municipal de Educação;

VI - promover a intersetorialidade com vistas a potencializar as experiências de aprendizagem possíveis nos territórios educativos;

VII - auxiliar na implantação de uma política intersetorial e intersecretarial entre os setores e Secretarias dos diferentes órgãos públicos no âmbito de sua região;

VIII - propor ações que promovam a circulação dos estudantes pelos “Territórios do Saber”, “Itinerários Formativos”,

“Percursos de Estudo e Formação” e seus desdobramentos, e a ambiência no convívio escolar;

IX - realizar a avaliação institucional do programa em conjunto com a equipe gestora das escolas, considerando: as experiências pedagógicas desenvolvidas, a integração curricular, as aprendizagens multidimensionais, a articulação dos territórios educativos nas e entre as escolas e a intersetorialidade;

X - incluir, no Plano de Trabalho da DRE, trabalho regionalizado, baseado em indicadores de aprendizagem e vulnerabilidade social, objetivando orientar o estabelecimento das prioridades para participação no Programa.

Art. 44. Compete à Secretaria Municipal de Educação em conjunto com as Diretorias Regionais de Educação para subsidiar as Unidades Educacionais na implementação e desenvolvimento do Programa “São Paulo Integral”, bem como, na formação dos profissionais envolvidos:

I - assegurar subsídios para implementação e desenvolvimento do Programa;

II - elaborar carta explicativa aos pais/responsáveis com destaque para os benefícios da ampliação do tempo de permanência do educando na Unidade Educacional;

III - elaborar material explicativo aos estudantes do Ensino

Médio e seus pais/responsáveis sobre a obrigatoriedade dos

Itinerários Formativos, suas características, e as possibilidades de escolha por parte dos estudantes, destacando os benefícios desta ampliação;

IV - realizar visitas técnicas às DREs/UEs para: apresentação da política de Educação Integral em tempo integral da SME, planejamento e organização das ações de formação, escuta sensível das equipes nos territórios, alinhamentos sobre a concepção e conceito de Educação Integral e orientações técnicas para o funcionamento orgânico do Programa;

V - construir pautas coletivas e realizar formação com os representantes/ membros do Grupo de Trabalho “São Paulo Educadora”;

VI - formar e orientar os POEIs em conjunto com as DREs, orientar os representantes dos Grupos de Trabalho das DREs para a realização da adesão das UEs ao Programa SPI;

VII - acompanhar a construção e publicação de documentos curriculares: Documento Conceitual e Orientador da Política São

Paulo Educadora, dentre outros;

VIII - viabilizar a elaboração de sistema de avaliação, monitoramento e análise de dados referentes à implementação e sustentabilidade do Programa São Paulo Integral;

IX - qualificar os sistemas informatizados que recebem e movimentam as informações do Programa, por meio da interlocução entre os diferentes setores responsáveis;

X - elaborar e desenvolver planos de ação e formação conjuntas articuladas com a COCEU e UNICEU;

XI - propor a formação de GT Intersecretarial para consolidação da política “São Paulo Educadora”;

XII - mapear Unidades Educacionais potenciais, para expansão da política “São Paulo Educadora” em consonância com as

Equipes das DREs; XIII - acompanhar as aprendizagens das crianças e adolescentes a partir dos registros realizados e das itinerâncias.

Art. 45. O Grupo de Trabalho - GT “São Paulo Educadora” responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação do Programa “São Paulo Integral”, terá as seguintes atribuições:

I - reunir-se bimestralmente para indicar avanços, desafios e necessidades na implementação do Programa “São Paulo Integral” à Secretaria Municipal de Educação;

II - propor ações de implementação, desenvolvimento, formação dos profissionais e sustentabilidade do Programa;

III - articular a intersecretarialidade do Programa, especialmente entre Cultura, Esporte, Assistência Social, Saúde, Verde e Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cidadania, Mobilidade e Transportes, Urbanismo e Licenciamento, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Segurança Urbana, entre outras, assim como com as organizações da sociedade civil;

IV - Contribuir para a tomada de decisões sobre o Programa à luz da análise de dados sobre os desafios e potenciais da

Política São Paulo Educadora, inclusive das legislações que a regulamentam.

Art. 46. O Grupo de Trabalho será constituído por:

a) 13 (treze) representantes da SME, sendo 3 (três) da

Coordenadoria Pedagógica - COPED e 1 (um) das demais coordenadorias: Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados - COCEU, Coordenadoria de Gestão de Pessoas - COGEP,

Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional - COGED, Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- COTIC, Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE,

Coordenadoria de Contratos de Obras e Manutenção Predial

– COMAPRE, Coordenadoria de Compras – COMPS, Coordenadoria de Planejamento e Orçamento - COPLAN, Coordenadoria de Contratos de Serviços e Fornecimento - COSERV e 1 (um) representante do Gabinete da SME.

b) 8 (oito) representantes de cada DRE, sendo 2 (dois) da

Divisão Pedagógica - DIPED; 2 (dois) da Divisão dos Centros

Educacionais Unificados e da Educação Integral - DICEU, 2

(dois) da Divisão de Administração e Finanças - DIAF, sendo 1(um) membro do setor de Atribuição de Aulas e o outro do

Setor de Verbas e 2 (dois) Supervisor Escolar.

DISPOSIÇÕES FINAIS

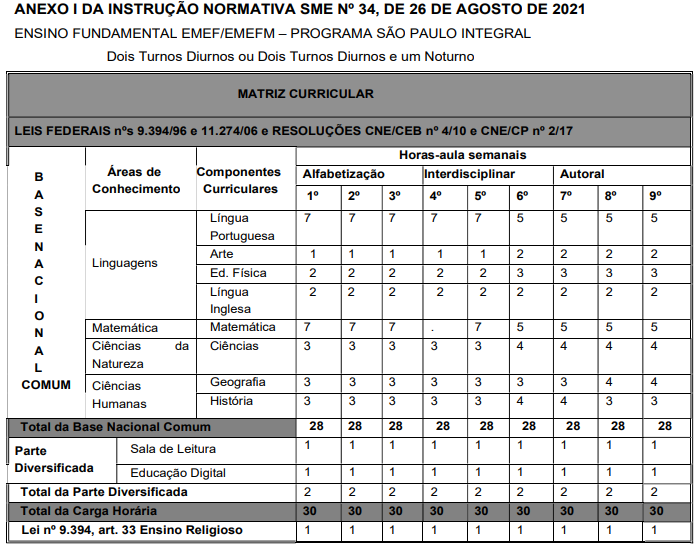
Art. 46. Para assegurar a expansão do tempo de permanência dos estudantes será possibilitada, mediante autorização expressa do Diretor Regional de Educação, a realização de trabalho coletivo de formação, nos termos do inciso I do artigo

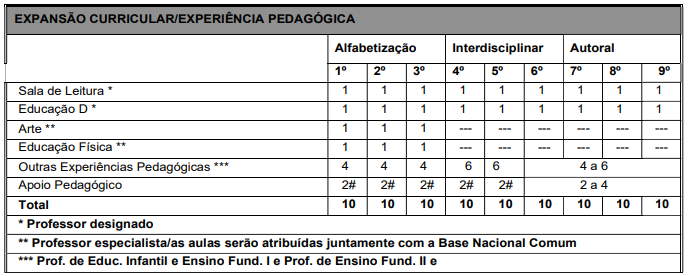
17 da Lei 14.660/07, até às 20h30min.

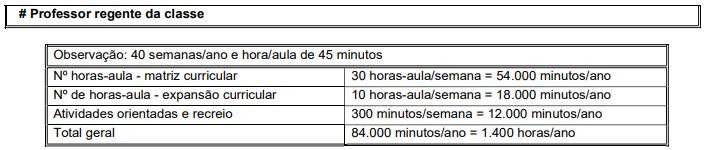
Art. 47. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Diretor Regional de Educação, ouvida, se necessário, os representantes a SME/COPED/NTC.

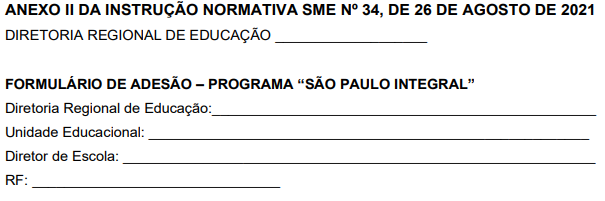
Art. 48. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação ficando revogada a Instrução Normativa SME nº

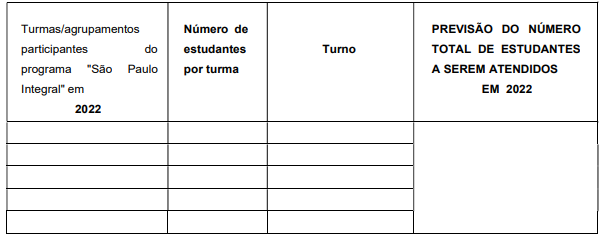
26, de 2020 e alterações, a partir de 01/01/2022.

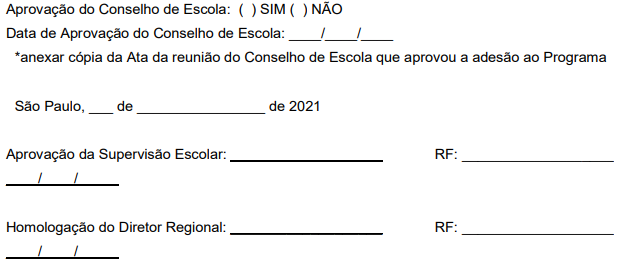


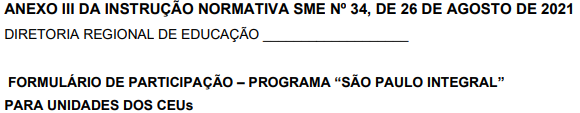


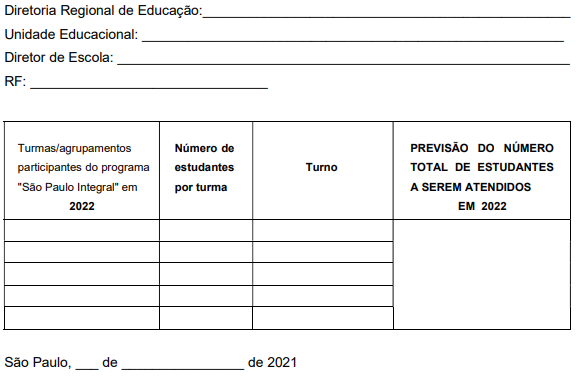


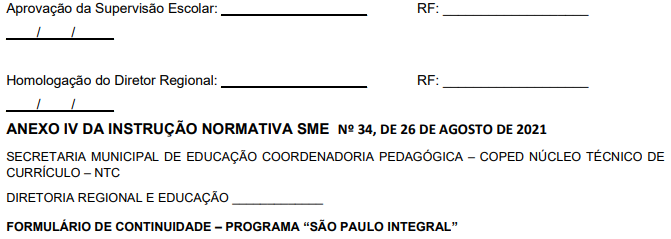


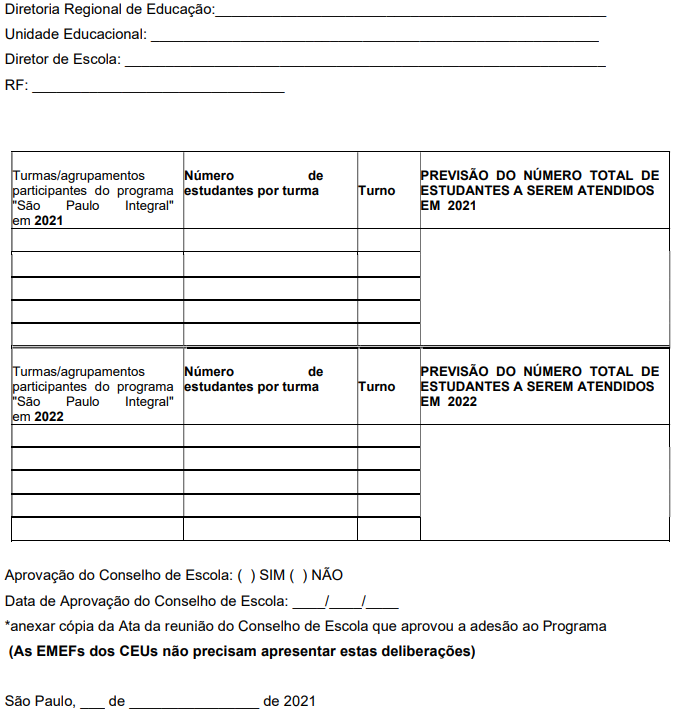


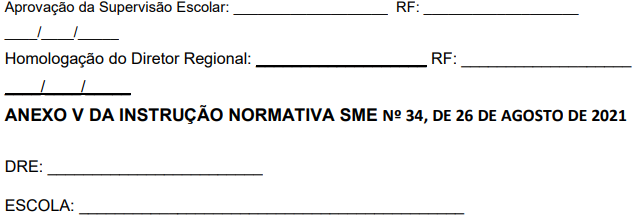


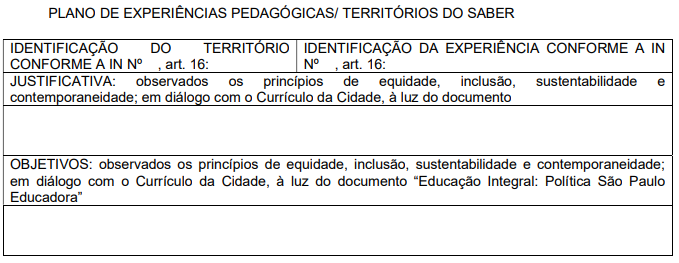




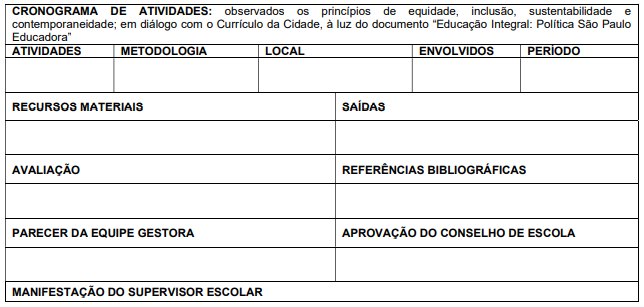


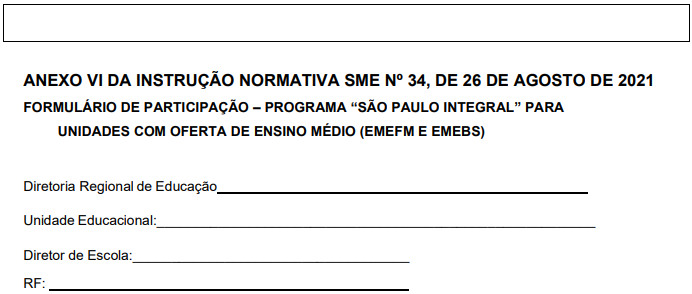


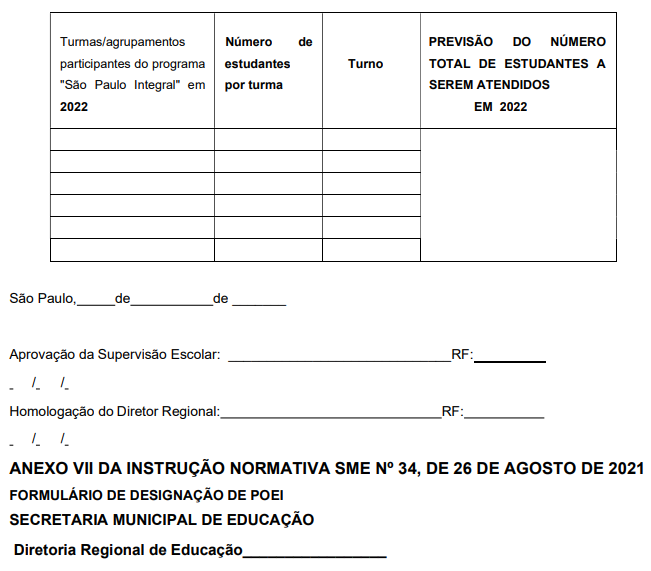




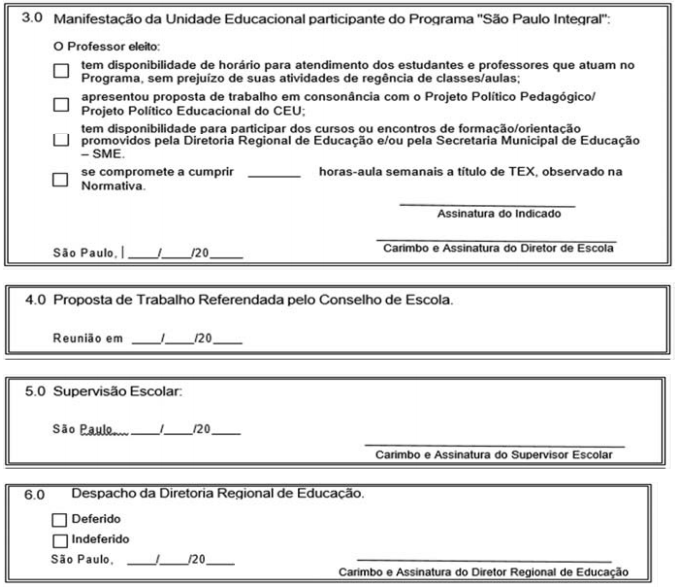












**CONCURSOS PAG. 59**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO - SMDET – 4 VAGAS**

Coordenadoria do Trabalho – CT 2 vagas

Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico- CDE 1 vagas

Departamento de Administração e Finanças – DAF 1 vaga

Av. São João, 473, 4º andar, sala 13 (Galeria Olido).

**EDITAIS PAG. 60**

**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**COMUNICADO SMDHC/DP 050793701**

Comunicamos o Representante Legal da OSC Instituto

Omindaré, CNPJ: 13.898.378/0001-04, situada na Rua Rui Barbosa, nº 584 - Bela Vista, referente ao projeto “Manutenção das ações do Centro de Cidadania LGBT Zona Norte – Luana Barbosa dos Reis”, Termo de Colaboração: 001/2017/SMDHC constante do Processo nº 6074.2018/0003137-8 para oportunidade de interposição recursal.

Em análise ao pedido da OSC de Reconsideração do Prazo da Notificação de Decisão nº 117/2020/SMDHC/DP/DAC-

-MROSC, CONCEDEMOS o prazo de 45 dias corridos, a contar da publicação desta decisão em DOC, para resposta do PARECER DO GESTOR, sob SEI 032288957 e 032721082, nos termos do artigo 70, §1º da Lei nº 13.019/2014, do artigo 55, §7º do Decreto nº 57.575/2016 e artigos 95, V e 105 da Portaria 121/ SMDHC/2019.para interposição de recurso, , a partir desta publicação. Toda a documentação deverá ser encaminhada para o e-mail: controleprocessualdgp@prefeitura.sp.gov.br.

Decorrido o prazo sem que haja manifestação, o processo prosseguirá com o fluxo de encerramento.

Para informações em relação às decisões acima mencionadas, solicitamos que seja enviado e-mail para: analisedecontas@prefeitura.sp.gov.br.

**NOTIFICAÇÃO DE ENCERRAMENTO Nº**

**075/2021/SMDHC/DP/DAC**

Processo nº 2014-0.198.560-9 e 2013-0.369.251-8.

REF.: DIVISÃO DE ANÁLISE DE CONTAS - PASSIVO

Prezado Sr (a). Representante Legal da OSC – Associação

Alfasol.

CNPJ: 02.871.771/0001-80.

Endereço: Rua Pamplona, nº 1005 – Bairro Jardim Paulista,

CEP: 01405-200.

Projeto: “Inclusão Social de Deficientes Visuais por meio da Prática Esportiva”

Termo de Convênio: 098/2013/SMDHC.

Notificamos V. Sas. de que os processos 2014-0.198.560-9 e

2013-0.369.251-8 referentes ao Termo de Convênio 098/2013/

SMDHC foram encerrados com as Prestações de Contas aprovadas e seguiram para arquivamento conforme estabelecido na

Portaria nº 143/2018.

Ressalta-se que de acordo com a cláusula 3.3.7 do termo de convênio 098/2013/SMDHC, é necessário manter arquivada toda a documentação comprobatória da aplicação dos valores transferidos em decorrência desta parceria, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contatos da aprovação da prestação de contas final. Durante esse prazo, a documentação ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA LGBTI

**ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO**

**MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+**

Aos doze de abril de 2021, às dezoito horas, aconteceu a reunião virtual (via microsoft teams); PRESENÇA da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de Fe Maidel e Victor Teixeira; COMPOSIÇÃO DA MESA: Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01.02.2021 e posse realizada de modo virtual em 16.03.2021, bem como pelo Poder Público composto pelas Secretarias Municipais de

Assistência e Desenvolvimento Social; de Educação; da Saúde; de **Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo**; de

Habitação e Guarda Civil Metropolitana, estando ausente sem justificativa a Secretaria Municipal de Cultura.

Primeiramente, ficou estabelecido que as reuniões do presente conselho acontecerão toda última segunda-feira de cada mês às 17h (dezessete), iniciando-se em 31.05.2021, consecutivamente em 28.06.21; 26.07.21; 30.08.21; 27.09.21; 25.10.21; 29.11.21 e, excepcionalmente, antecipando-se para a penúltima segunda-feira dia 20.12.21, em razão das festividades de final de ano.

Feita a votação virtual, constituiu-se o Grupo de Trabalho para elaboração do regimento interno a ser apresentado até o dia 16.06.2021, composto por André Henrique de Freitas Beneit e Bárbara Silva Quenca, da sociedade civil e, pelo poder público, composto por Fe Maidel e Inspetor Luciano da GCM.

Ato contínuo, foi feita a votação para a presidência e vice-

-presidência do conselho, nos termos do Decreto nº. 59.047, de

29 de outubro de 2019, na qual foram eleitos por maioria de votos: Fe Maidel para presidenta e vice-presidente André Henrique de Freitas Beneit, para mandato de 01 (hum) ano.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

a) Segmento de Lésbicas:

Titular: Bárbara Silva Quenca (RG: 43.124.105-3)

Suplente: Claudia Tavares da Silva (RG: 32.251.859-3)

b) Segmento de Gays:

Titular: André Henrique de Freitas Beneit (RG: 27.553.369- 4)

Suplente: Everton de Paula Sales (RG: 45.161.058-1)

c) Segmento de Mulheres Bissexuais:

Titular: Adriana da Silva (RG: 27.538.549-8)

Suplente: Marcos de Abreu Freire (RG: 17.119.538-3)

d) Segmento de Homens Bissexuais:

Titular: André Sardão (RG: 27.538.549-8)

Suplente: Douglas Vallentyne Lawiny (RG: 45.423.924-5)

e) Segmento de Travestis:

Titular: Nicolle Mahier (RG: 52.881.887-9)

Suplente: Luiz Mad Queen (RG: 27.318.327-8)

f) Segmento de Mulheres Transexuais:

Titular: Aysha Cristiane Oliveira (RG: 45.160.200-6)

Suplente: Alexandre Serdeira (29.510.720-0)

g) Segmento de Homens Trans:

Titular: Caleb Nathaniel da Silva (RG: 39.918.065-5)

Suplente: Gil Santos (RG: 35.001.966-6)

Pessoa Jurídica Sociedade Civil:

h) Entidade sem personalidade jurídica, com comprovada atuação na promoção da diversidade sexual e de gênero, Consulado das Famílias LGBT, neste ato representada por:

Titular: Gedilson dos Santos Procópio da Silva (RG

41.014.070-3)

Suplente: Anderson da Cunha Pirota (RG 21.792.433-5)

Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

b) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social;

c) Secretaria Municipal de Educação;

d) Secretaria Municipal da Saúde;

**e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,**

**Trabalho e Turismo**;

f) Secretaria Municipal de Habitação;

g) Guarda Civil Metropolitana.

**ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO**

**MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+**

Aos TRINTA E HUM DE MAIO de 2021, às dezessete horas, aconteceu a reunião virtual (via aplicativo MEET; PRESENÇA da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de Fe Maidel;

COMPOSIÇÃO DA MESA: Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01.02.2021 e posse realizada de modo virtual em 16.03.2021, bem como pelo Poder Público composto pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Guarda Civil Metropolitana, estando ausente sem justificativa a Secretaria Municipal de Cultura.

Primeiramente, passamos à leitura da ata da primeira reunião, uma vez que nem todos os membros do conselho tiveram acesso ao documento enviado pelo correio. Para sanar este fato, foi solicitado que todos os membros eleitos apresentes Comprovante de residência atualizado, com no máximo trinta dias da emissão, para atualização do castro de endereços.

Em seguida, foi proposta a votação virtual, referente ao Regimento interno, elaborado por André Henrique de Freitas Beneit e Bárbara Silva Quenca, da sociedade civil e, pelo poder público, composto por Fe Maidel e Inspetor Luciano da GCM.

Uma vez que alguns conselheiros afirmaram não ter recebido mensagem contendo o documento, para leitura preliminar, ficou acertado o envio a todos os membros do conselho, por e-mail, da minuta do Regimento Interno para análise, e reunião extraordinária para votação da aprovação do mesmo em 07 de Junho próximo, às 17 horas, por meio virtual.

Ato contínuo, foi feita a votação para grupos de trabalho, indicados pelos membros do e em acordo com temas previamente enviados ao Pleno para análise. Foram constituídos os seguintes GTs, com os seguintes titulares:

1) Transporte público – André Henrique de Freitas Beneit,

Aysha Cristiane Oliveira e Gedilson dos Santos Procópio da

Silva; 2) Saúde: Aysha Cristiane Oliveira, Nicolle Mahier, Caleb

Nathaniel da Silva e Tânia

3) Transcidadania: Nicolle Mahier, Fe Maidel, Aysha Cristiane Oliveira, Caleb Nathaniel da Silva e Bárbara Silva Quenca

4) Turismo: André Henrique de Freitas Beneit e André Sardão

5) Relações Institucionais: André Henrique de Freitas Beneit e André Sardão

6) Juventude: Caleb Nathaniel da Silva e Gedilson dos Santos Procópio da Silva;

7) Habitação: Gedilson dos Santos Procópio da Silva, André

Henrique de Freitas Beneit, Patrícia Spedaletti de Deus.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

a) Segmento de Lésbicas:

Titular: Bárbara Silva Quenca (RG: 43.124.105-3)

b) Segmento de Gays:

Titular: André Henrique de Freitas Beneit (RG: 27.553.369- 4)

c) Segmento de Mulheres Bissexuais:

Titular: Adriana da Silva (RG: 27.538.549-8)

d) Segmento de Homens Bissexuais:

Titular: André Sardão (RG: 27.538.549-8)

e) Segmento de Travestis:

Titular: Nicolle Mahier (RG: 52.881.887-9)

f) Segmento de Mulheres Transexuais:

Titular: Aysha Cristiane Oliveira (RG: 45.160.200-6)

g) Segmento de Homens Trans:

Titular: Caleb Nathaniel da Silva (RG: 39.918.065-5)

Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Juridica:

h) Titular: Gedilson dos Santos Procópio da Silva (RG 41.014.070-3)

Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

– Fe Maidel

b) Secretaria Municipal da Saúde - Tania Regina Correa de Souza

c) Secretaria Municipal de Habitação - Patrícia Spedaletti de Deus

d) Guarda Civil Metropolitana - Donizete Luciano de Oliveira

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo:

Irlas Maria Bezerra

**ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO**

**MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+**

Aos VINTE E OITO DE JUNHO de 2021, às dezessete horas, aconteceu a reunião virtual (via aplicativo MEET; PRESENÇA da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de Fe Maidel;

COMPOSIÇÃO DA MESA: Sociedade Civil (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01.02.2021 e posse realizada de modo virtual em 16.03.2021, bem como pelo

Poder Público composto pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Municipal de Cultura.

Primeiramente tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Apresentação do Programa “Respeito tem nome” - PORTARIA Nº 037/SMDHC/2021 - destinado à promoção da cidadania de travestis, mulheres transexuais e homens trans, por meio da retificação de nome e gênero nas documentações. A pessoa interessada na troca poderá se dirigir diretamente a um cartório para solicitar a mudança e não precisará comprovar sua identidade psicossocial, que deverá ser atestada por autodeclaração, sem que as taxas cartoriais para realizar tal alteração sejam cobradas da pessoa trans. O programa se propõe a arcar com as custas das pessoas que sejam elegíveis para tal.

2. Apresentação e fala da sra. ANNA LUISA DE CASTRO, representando o Núcleo de Gênero e Diversidade do Núcleo

Técnico de Currículo da SME, em relação ao Programa Transcidadania. Por indicação da Secretaria Municipal de Educação, a sra. ANNA LUISA DE CASTRO passa a representar a SME a partir desta data. A fala suscitou várias réplicas, com adendos da suplente Claudia Tavares e das conselheiras eleitas Nicole Mahier e Barbara Quenca, sobre casos de desrespeito ao nome social e falta de acolhimento em escolas públicas. A Conselheira

Tania da SMS complementou, afirmando ser luta de todos que também no setor de saúde este fato seja respeitado, pois o

DATASUS não atualizou os cadastros para acolher apropriadamente o Nome Social. Foi sugerido pela Presidência que os casos relatados fossem levados aos centros de cidadania para acompanhamento e que, como os fatos relatados se referem a esfera Estadual, que o GT de Relações Institucionais se ocupe das questões.

3. Apresentação da membra da Secretaria Municipal de

Cultura para compor o Conselho Municipal de Políticas LGBT.

4. Solicitação às/aos/es membras/os/es eleitas/os/es do

Conselho, dos comprovantes de residência com no máximo

30 dias de emissão, conforme colocado na reunião ordinária anterior, para atualização de cadastro, podendo os mesmos serem enviados pelo e-mail à coordenação, conforme proposto na reunião ordinária anterior.

Em seguida, atendendo à solicitação do conselheiro Ghê Santos (Gedilson dos Santos Procópio da Silva), instituiu-se o GT referente ao Regimento interno, propondo rever itens do mesmo.

Antes do encerramento, a conselheira Nicole Mahier pediu aparte, citando que pauta proposta por ela não havia sido incluída. Aparte aceito e desculpas apresentadas por parte da Presidência pela falha, tratou-se do tópico tratando do convite feito a ela, enquanto conselheira, para participar representando o conselho no comitê de saúde LGBT. Ela gostaria de solicitar autorização para participar desse espaço enquanto representante deste conselho, solicitando, em caráter emergencial, autorização para reunião. Ficou estabelecido, após discussão, que qualquer integrante do Conselho é livre para participar de

Comitês sem ter que pedir autorização para tal, apenas devendo informar a este Conselho sobre sua participação e temas tratados nas reuniões, ressaltando-se que, com esta participação, este conselho não estará representado.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

a) Segmento de Lésbicas: Bárbara Silva Quenca (RG:

43.124.105-3) Titular

b) Segmento de Gays: André Henrique de Freitas Beneit

(RG: 27.553.369-4) Titular

d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão (RG:

27.538.549-8) Titular

e) Segmento de Travestis: Nicolle Mahier (RG: 52.881.887-

9) Titular

f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane Oliveira (RG: 45.160.200-6) Titular

h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica: Ghê Santos (Gedilson dos Santos Procópio da Silva) (RG

41.014.070-3) Titular

Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

– Fe Maidel

b) Secretaria Municipal da Saúde - Tania Regina Correa

de Souza

c) Secretaria Municipal de Habitação – Cristina Gomes

Baltazar

d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana – Claudecyr

Ferreira

e) Secretaria Mun. de Des. Econômico, Trabalho e Turismo:

Cleia Maria Ferreira Lima

f) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari

g) Secretaria Municipal de Educação: Romulo Araújo Fernandes e Anna Luísa de Castro

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBT 2021/22

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 1° - O Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBT

(CMLGBT), previsto nos artigos 239, inciso III, alínea “f”, e 259 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, assim denominado pelo Decreto nº 56.096, de 5 de maio de 2015, órgão colegiado, autônomo e permanente, de caráter consultivo e propositivo, tem por objetivos atuar na promoção da cidadania e na defesa dos direitos da população LGBTI, bem como contribuir para a construção de uma cidade mais segura e plural, vinculado à

Coordenação Municipal de Políticas Públicas LGBTI, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, ou órgão que venha a substituí-la, e tem seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

Art. 2° - O Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBT

(CMPLGBT) tem por finalidade:

I - Propor as diretrizes a serem observadas na formulação e implementação das políticas públicas para a população LGBTI;

II - Acompanhar e avaliar as políticas públicas em andamento, bem como propor ações e atividades para a Coordenação de Políticas para LGBTI, da Secretaria Municipal de Direitos

Humanos e Cidadania;

III - Sugerir aprimoramentos na legislação destinada a assegurar ou ampliar os direitos da população LGBTI;

IV - Avaliar o cumprimento da legislação que atende aos interesses da população LGBTI;

V - Apresentar sugestões de políticas públicas e atividades, na sua área de atuação, para a elaboração da proposta de orçamento do Município;

VI - Convocar e organizar a Conferência Municipal LGBTI, conjuntamente com a Coordenação de Políticas LGBTI, com a periodicidade máxima de 4 (quatro) anos, buscando a integração entre as etapas municipal, estadual e nacional;

VII - Elaborar relatório anual sobre as políticas públicas

LGBTI do Município, assim como relatório acerca de sua atuação, apresentando-os em audiência pública agendada exclusivamente para essa atividade;

VIII - Elaborar o seu regimento interno.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Políticas LGBT, de composição paritária, será integrado por 16 (dezesseis) membros, sendo 8 (oito) titulares e 8 (oito) suplentes representantes do

Poder Público Municipal e 8 (oito) titulares e 8 (oito) suplentes representantes da sociedade civil, assim definidos:

I - Pelo Poder Público Municipal, 1 (um/a/e) representante:

a) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

b) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

c) da Secretaria Municipal de Cultura;

d) da Secretaria Municipal de Educação;

e) da Secretaria Municipal da Saúde;

f) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

e Trabalho;

g) da Secretaria Municipal de Habitação;

h) da Guarda Civil Metropolitana;

II - Pela sociedade civil, 1 (um/a/e) representante:

a) do segmento de lésbicas;

b) do segmento de gays;

c) do segmento dos homens bissexuais;

d) do segmento das mulheres bissexuais;

e) do segmento de travestis;

f) do segmento das mulheres transexuais;

g) do segmento dos homens trans;

h) de uma entidade sem personalidade jurídica, com comprovada atuação na promoção da diversidade sexual e de gênero pelo período mínimo de 1 (um) ano.

§ 1º - Os representantes da sociedade civil, eleitos na forma do disposto no Decreto 59.047, de 29 de outubro de 2019, deverão ter residência no Município de São Paulo e comprovada atuação na defesa e promoção da diversidade sexual e de gênero, por um período mínimo de 1 (um) ano.

§ 2º - O mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil será de 2 (dois) anos, não sendo permitida sua reeleição na eleição subsequente ao término de seu mandato, podendo vir a concorrer novamente ao cargo de conselheiro somente após o término do mandato subsequente.

§ 3º - Na eleição dos membros da sociedade civil, vale a auto declaração da pessoa que se candidata ao Conselho, sendo vedada a exigência de declaração por escrito.

§ 4º - O Conselho Municipal de Políticas LGBTI deverá ser composto por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de pessoas de identidade de gênero feminino, nos termos da Lei nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, observado o previsto no § 3º deste artigo.

§ 5º - Os representantes do Poder Público Municipal, titulares e suplentes, terão suas designações e substituições oficiadas por portaria da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a partir da indicação das titularidades das demais pastas.

§ 6º - O Conselho Municipal de Políticas LGBT contará com uma Secretaria Executiva, que será exercida por servidor/a/e indicado pela Coordenação de Políticas para LGBTI, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com a incumbência de auxiliar administrativamente o colegiado, sem direito a voto.

§ 7º - Funcionários(as/es) de organizações da sociedade civil, que possuam parceria com o Poder Público Municipal, não poderão concorrer à eleição.

§ 8º - Para a vaga do representante a que se refere a alínea

“h” do inciso II do “caput” deste artigo, as entidades deverão proceder à indicação dos nomes no mesmo prazo de registrodas candidaturas dos demais representantes da sociedade civil no colegiado.

CAPÍTULO III - DA PRESIDÊNCIA, VICE-PRESIDÊNCIA E

SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 4º - Tanto a Presidência como a Vice-Presidência do

CMLGBT serão escolhidas dentre membros do colegiado, por meio de eleição direta e paritária, para mandato de 1 (um) ano, em eleição que deverá ocorrer na primeira reunião do Conselho.

§ 1º - As funções de Presidência e a Vice-Presidência:

I – Só poderão ser exercidas por pessoas de identidade de gêneros diferentes, sempre com a alternância entre a identidade de gênero feminina e masculina, iniciando-se pela feminina;

II - Serão exercidas por representantes da sociedade civil e do Poder Público Municipal, alternadamente, iniciando-se pelo

Poder Público;

Art. 5º - Cabe à Presidência dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do CMPLGBT e, especificamente:

I- Mediar as discussões e temas a serem colocados em Pauta no Fórum de discussão dos temas do Conselho;

II- Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;

III- Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Pleno;

IV- Autorizar a apresentação de matéria nas reuniões do

CMPLGBT, por terceiros que não compõem o CMPLGBT;

V- Indicar, dentre as/es/os integrantes do CMPLGBT, a relatoria de matérias;

VI- Assinar as deliberações do CMPLGBT e atos relativos ao seu cumprimento;

VII- Submeter à apreciação do Pleno o calendário de atividades e o relatório do CMPLGBT;

VIII- Representar o CMPLGBT, ou se fazer representar, perante autoridades federais, estaduais, municipais e internacionais;

IX- Requisitar recursos humanos e materiais necessários à execução dos trabalhos do CMPLGBT;

X- Praticar os demais atos necessários ao cumprimento das finalidades do CMPLGBT.

XI- Zelar pelo bom encaminhamento dos temas e dasdiscussões.

XII- Responder, diante do poder Público e perante à sociedade, pelos atos deste Conselho;

XIII- Exercer, em caso de empate nas decisões, o voto de qualidade.

Art. 6º - À Vice-Presidência compete cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento Interno e os encargos que lhe forem atribuídos pelo CMPLGBT:

I- Supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do CMPLGBT;

II- Preparar, junto com a Presidência, a pauta das reuniõesordinárias e extraordinárias;

III- Auxiliar a Presidência, quando da realização das reuniões;

IV- Na ausência ou impedimento temporário da Presidência, assinar as deliberações do CMPLGBT e atos relativos ao seu cumprimento;

V- Remeter matérias às Comissões e aos Grupos de Trabalho;

VI- Auxiliar a Presidência no diálogo com o Poder Público e sociedade civil, de maneira geral.

VII- Representar o CMPLGBT em eventos públicos, devendo informar anteriormente ao Pleno do CMPLGBT, por escrito, os detalhes da representação, quando indicada pelo Pleno.

VIII- Substituir, em caso de vacância temporária, o Conselheiro que estiver exercendo a Presidência na condução das reuniões e trâmites deste Conselho.

Parágrafo único: Esta vacância será decretada pela ausência da Presidência nas reuniões oficiais a partir de declaração de ausência feita à Secretaria Executiva com antecedência ou em falta detectada na primeira chamada às reuniões ordinárias.

IX - Convocar eleição de nova Presidência quando da vacância definitiva do cargo, em acordo com o CAPÍTULO IV,

§ 2º, Itens I e II deste regimento, para consecução do prazo do mandato.

Art. 7º – À Secretaria Executiva compete:

I- Preparar, junto com a Presidência e Vice-Presidência a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II- Auxiliar a Presidência e Vice-Presidência, quando da realização das reuniões;

III- Auxiliar a Presidência a ordenar o uso da palavra durante as sessões do CMPLGBT;

IV- Auxiliar a Presidência e Vice-Presidência no diálogo com o poder público e sociedade civil, de maneira geral.

V- Auxiliar a Mesa Diretora, quando da realização das reuniões;

VI- Manter sob sua responsabilidade os livros, fichas, documentos, arquivos digitais e outros documentos do CMPLGBT em cópia;

VII- Informar o pleno sobre o cumprimento das deliberações do CMPLGBT;

VIII- Prestar esclarecimentos solicitados por conselheiras (es/os);

IX- Dar encaminhamento e fazer publicar as decisões emanadas do pleno;

X- Agendar e realizar as convocações dos compromissos do CMPLGBT;

XI- Registrar a frequência das conselheiras nas reuniões;

XII- Dar publicidade a pauta das reuniões do CMPLGBT, redigir suas atas e enviar a cada conselheira/e/o, com antecedência mínima de 7 (sete) dias antes da reunião;

XIII- Prestar apoio administrativo ao CMPLGBT, inclusive às comissões e grupos de trabalho, encaminhar documentos e prestar informações relacionadas ao CMPLGBT;

XIV- Executar atribuições correlatas determinadas pela

Presidência ou Vice-Presidência do CMPLGBT;

Art. 8º – Às(es/aos) Conselheiras/Conselheires/Conselheiros compete:

I- Comparecer às reuniões;

II- Debater as matérias em discussão;

III- Relatar matérias que lhes forem distribuídas;

IV- Requerer informações, providências e esclarecimentos à Mesa Diretora, às comissões e grupos de trabalho e, através da Presidência, a quaisquer órgãos e entidades que compõem a administração pública;

V- Apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;

VI- Participar das Comissões e Grupos de Trabalho com direito a voz e voto, quando integrantes das mesmas;

VII- Propor matéria à deliberação do Pleno, na forma de proposta de resolução ou moção;

VIII- Propor questão de ordem nas sessões plenárias;

IX- Propor políticas públicas em defesa dos direitos LGBTI+ e da igualdade de gênero;

X- Observar, em suas manifestações, as regras de convivência e decoro, nos termos do artigo 32º do presente decreto;

XI- Representar o CMPLGBT em eventos públicos, devendo informar antecipadamente ao Pleno do Conselho, por escrito, os detalhes da representação, quando indicada pelo Pleno, cabendo a este a autorização ou vedação, conforme a necessidade a ser avaliada conforme estipulado nos Art. 18º e 19º deste Regimento.

CAPÍTULO IV – DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Art. 9° - O Conselho Municipal de Políticas LGBT reunir-

-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, sem necessidade de convocação da Presidência, sempre em sessão pública. As datas destas reuniões serão definidas na primeira reunião do

Conselho, logo após a eleição da Presidência e Vice-Presidência.

§1° - Em caso da necessidade de alteração das datas das reuniões ordinárias, a Secretaria Executiva deverá informar ao

Conselho, titulares e suplentes, as novas datas.

§2°- Participarão das sessões do pleno:

I - Titulares, com direito a voz e voto;

II – Suplentes, sempre com direito a voz, e voto, quando no exercício da titularidade;

III – Instituições e pessoas convidadas, que terão direito a voz somente quando autorizadas pelo Pleno;

IV – Qualquer cidadã/cidadão, que terá direito a voz durante as reuniões somente quando autorizada pelo Pleno.

§3° - O quórum exigido para a realização de reunião será:

a. Primeira chamada: maioria simples de integrantes titulares do conselho;

b. Segunda chamada (10 minutos após a primeira): um terço de integrantes titulares do conselho, desde que estejam presentes ao menos 1 (um/ume/uma) representante do Poder

Público e 1 (um/ume/uma) da Sociedade Civil.

§4°- Em situações excepcionais o pleno poderá se reunir em ambientes virtuais, mediante convocação nos termos deste regimento, e deliberar conforme tratam os itens deste artigo.

Art. 10º - A convocação para as reuniões ordinárias deverá ser feita até 7 (sete) dias antes da mesma, por e-mail, e contará com a pauta de deliberação do Pleno, conforme descrito no Art7º Inciso XII.

§1°- Do expediente de convocação deverão constar, obrigatoriamente:

a) Pauta da sessão, com indicação dos assuntos a serem objeto de deliberação;

b) Minutas das resoluções a serem aprovadas;

c) Cópia das resoluções aprovadas na sessão anterior;

d) Ata da sessão anterior, para aprovação;

e) Relação de instituições ou pessoas convidadas e assunto a ser tratado.

§2° - Deverão necessariamente constar das pautas preparadas pela Mesa Diretora e aprovadas pela Presidência:

a) Abertura de sessão;

b) Leitura do expediente, das comunicações e da Ordem do Dia;

c) Matérias para deliberação;

d) Proposições de pauta para a próxima reunião;

e) Discussão e votação da ata da sessão anterior

f) Outros assuntos;

g) Encerramento.

§3° - Os temas a serem colocados em pauta das reuniões ordinárias deverão ser encaminhados por e-mail à Secretaria

Executiva para organização da pauta até 10 (dez) dias anteriores à realização da próxima sessão ordinária do Pleno.

§4° - Faculta-se o uso do Grupo de Discussão Whatsapp

(ou equivalente) do conselho para compartilhamento e discussão dos temas, acelerando-se assim as arguições e debates durante a reunião do Pleno.

§5° - No caso de solicitação de alterações na pauta da sessão, estas deverão ser enviadas por e-mail até 5 (cinco) dias antes da reunião à Presidência, que se encarregará de emitir nova convocação.

§6° - Deste e-mail deverão constar:

a) Área de abrangência da pauta (saúde, educação, segurança, etc.)

b) Resumo de até 10 linhas com a proposição e argumentação sobre o tema.

c) Links para consulta e referência sobre o tema.

§7° - Caso o tema em questão seja indeferido para a Pauta solicitada, deverá constar da Pauta da reunião seguinte, sem necessidade de reapresentação da solicitação.

Art. 11º – A Ordem do Dia observará, sucessivamente:

I – Requerimentos de urgência;

II – Propostas de resolução objeto de anterior pedido de vistas ou de retirada de pauta pelo proponente, com o respectivo parecer ou justificativa;

III – Resoluções aprovadas e não publicadas por decisão da

Presidência, ou com a respectiva emenda e justificativa;

IV – Propostas de resoluções;

V – Propostas de moções;

VI – Propostas de nota pública.

Parágrafo único: nas sessões, as matérias de natureza deliberativa terão precedência sobre as matérias de outra natureza, ressalvada decisão do Pleno em contrário.

Art. 12º - O processo deliberativo das sessões, sejam ordinárias ou extraordinárias, deverá ser suspenso, a qualquer tempo, caso não esteja atendido o disposto no CAPÍTULO IV,

Art. 9°, §3°, item II deste regimento, quando solicitada verificação de quórum.

§1°- Cada integrante titular do conselho terá direito a 1

(um) voto.

§2°- Integrantes suplentes do conselho exercerão a titularidade temporária de seu cargo, no caso de ausência de integrante titular na primeira chamada, durante as reuniões.

§3°- Em caso de empate nas decisões, a Presidência, ou, em sua ausência, a Vice-Presidência no exercício das funções da

Presidência, exercerá o direito ao voto de qualidade.

Art. 13º – O CMPLGBT manifestar-se-á por meio de:

I – Resolução, quando se tratar de deliberação vinculada à sua competência específica e de instituição ou extinção de comissões e grupos de trabalho; II – Moção, quando se tratar de manifestação dirigida ao Poder Público, à sociedade em geral, a autoridades e/ou pessoas físicas em caráter de alerta, aplauso, pesar, desagravo ou repúdio;

III – Nota Pública, quando se tratar de comunicação dirigida à sociedade em geral.

§1° - As resoluções, moções e notas públicas serão datadas e numeradas em ordem distinta.

§2° - As propostas de resolução, previamente à deliberação do CMPLGBT, deverão ser analisadas e aprovadas pela comissão ou pelo grupo de trabalho competente, caso exista, bemcomo verificada sua compatibilidade com a legislação em vigor.

Art. 14º – A deliberação das matérias em Plenário deverá obedecer a seguinte sequência:

I – A Presidência apresentará o item incluído na Ordem do

Dia e dará a palavra à relatora da matéria;

II – Terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer membra/e/o do Conselho, titular ou suplente, ou ainda, pessoa autorizada, manifestar-se a respeito;

III – Encerrada a discussão, o Pleno deliberará sobre a matéria.

Parágrafo único: A manifestação de que trata o inciso II deste artigo deverá limitar-se a um máximo de cinco minutos por conselheira/e/o, que poderá manifestar-se no máximo por mais uma vez, sendo a segunda intervenção de 3 minutos.

Art. 15º – O Pleno poderá apreciar matéria não constante da pauta ou da Ordem do Dia, mediante justificativa e requerimento do regime de urgência.

§1° - O requerimento de urgência deverá ser subscrito por, no mínimo, 1/3 das/es/os conselheiras e encaminhado à

Secretaria Executiva, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a qual, no prazo de 3 (três) dias úteis, providenciará a distribuição às conselheiras.

§2° - Excepcionalmente, o Pleno poderá dispensar o prazo estabelecido no parágrafo anterior, desde que o requerimento de urgência seja subscrito por, no mínimo, metade do Conselho.

§3° - A matéria cujo regime de urgência tenha sido aprovado deverá ser incluída, obrigatoriamente, na pauta da sessão ordinária subsequente, observando os prazos regimentais.

Art. 16º – As resoluções, moções e notas públicas aprovadas pelo Pleno, assinadas pela Presidência, serão publicadas no Diário Oficial no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo também ser divulgadas por intermédio de comunicação oficial interna da SMDHC, bem como em rede social, em formato acessível.

§1° - A Presidência poderá adiar, em caráter excepcional,

a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados:

a) equívocos

b) infração a normas jurídicas

c) impropriedade em sua redação

§2° - A matéria deverá ser, obrigatoriamente, incluída na

Pauta da sessão subsequente, acompanhada de proposta de emendas, devidamente justificada.

Art. 17° - O Conselho Municipal de Políticas LGBT reunir-

-se-á em sessão extraordinária, em razão de situações excepcionais, por convocação da Presidência ou em decorrência de requerimento subscrito por, no mínimo, 9 (nove) integrantes titulares do conselho. Este requerimento deverá ser encaminhado à Presidência por e-mail, que se encarregará de convocar e organizar a reunião.

§1° - As reuniões extraordinárias serão comunicadas por e-mail ao Pleno do CMPLGBT, com antecedência mínima de 3

(três) dias.

§2° - Caso não haja a subscrição de, no mínimo, 9 (nove) integrantes titulares do conselho, fica facultado à Presidência acatar ou não a solicitação de convocação.

§3°- A reunião extraordinária deverá tratar única e exclusivamente do tema em pauta, vedando-se a inclusão de temas fora da solicitação original.

Art. 18º – O Conselho, em caráter excepcional e extraordinário, poderá se manifestar através Moção ou Nota Pública, sem a necessidade de votação formal em plenário, em função de urgência imperiosa suscitada por situação anômala.

Nestes casos, o Conselheiro que solicitar tal medida deverá apresentar por e-mail à Presidência:

I- Solicitação formal de encaminhamento de mensagem aos conselheiros titulares solicitando esta medida extrema;

II- O motivo excepcional e extraordinário que se apresenta;

III- O motivo da urgência, prazos etc.;

IV- Redação da minuta da Nota Pública ou Moção, com no máximo 10 linhas

Parágrafo único: Caberá à Presidência avaliar a urgência da ação e, em caso de aceite, redigir e formatar o texto final e apresentá-lo ao Conselho para apreciação e aprovação, via e-mail. A Nota Pública ou Moção somente será encaminhada com a aprovação de maioria simples, devendo ser apresentado ao plenário em reunião ordinária subsequente às providências tomadas.

Art. 19º – O CMPLGBT deliberará por maioria simples, exceto para:

I – Alteração do Regimento;

II – Impedimento;

III- Perda de mandato;

IV- Vacância de cadeira de conselheira/e/o da sociedade civil.

Parágrafo único: para as matérias tratadas neste artigo será sempre necessária a aprovação da maioria absoluta de integrantes do CMPLGBT, ou seja, 2/3 de titulares.

CAPÍTULO V – GRUPOS DE TRABALHO

Art. 20º- É facultada a qualquer titular deste Conselho a proposição de Grupo de Trabalho (GT) ou Comissão.

Art. 21º - As propostas de Grupos de Trabalho deverão ser previamente apresentadas à deliberação do CMPLGBT através de e-mail enviado à Presidência, que se encarregará de distribuir a proposta aos membros do Conselho para análise inicial.

Parágrafo único: Após a análise e abertura do GT, as propostas, relatórios e conclusões deverão ser encaminhadas ao Pleno para que, em reunião ordinária, sejam discutidas e aprovadas, seguindo o disposto no Art. 10º deste regimento.

Art. 22º – A constituição do Grupo de Trabalho deverá ser aprovada por 1/3 dos votos titulares.

Art. 23º - Os temas dos Grupos de Trabalho deverão ter conexão direta com o tema constituinte deste Conselho, sendo vedada a abertura a questões que fujam do escopo deste colegiado.

Art. 24º - Na solicitação de inclusão de temas dos Grupos de Trabalho na Pauta da reunião ordinária devem constar:

a - Área de abrangência do Grupo de Trabalho ou Comissão

(saúde, educação, segurança, etc);

b - Questão específica a ser examinada pelo GT;

c- Resumo de até 10 linhas com a proposição e argumentação sobre o tema;

d - Prazo para apresentação inicial de considerações e resultados;

e - Links para consulta e referência sobre o tema.

Art. 25º– Para a constituição e manutenção do Grupo de

Trabalho deverão fazer parte pelo menos 2 membras/es/os titulares do Conselho, sendo facultada a participação de suplentes em seus debates e pesquisas.

Art. 26º– À presidência é facultado estabelecer Comissãoou Grupo de Trabalho para analisar questões trazidas por ela ao Conselho e que devam ser analisadas para emissão de Parecer, Moção, Nota Pública ou Resolução, cabendo a este grupo constituído verificar, antes da apresentação ao pleno, sua compatibilidade com a legislação em vigor.

Art. 27º – Os grupos de trabalho deverão apresentar suas colaborações ao Pleno através de e-mail e por exposição simples do andamento dos trabalhos nas reuniões ordinárias.

Art. 28º– As conclusões dos GTs deverão ser apresentadas à Presidência e à Vice-Presidência para avaliação do resultado e agendamento da apresentação formal das suas conclusões.

Art. 29º – Caso não haja interesse de conselheiras/es/ os titulares em participar de determinado GT já constituído, o mesmo será extinto por aviso simples ao Pleno através da

Secretaria Executiva.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º – Os casos omissos e dúvidas relacionadas àaplicabilidade deste Regimento Interno serão decididos em assembleia, pelo Pleno, e executada a decisão pela Presidência.

Art. 31º – Os pedidos de substituição de conselheiras/es/ os indicadas/es/os pelas entidades da sociedade civil devem ser encaminhados à Presidência do CMPLGBT, que, após ciência deve encaminhar para a Coordenação de Políticas LGBTI+, visando a publicação em Diário Oficial, através da Secretaria

Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 32º – Haverá o desligamento automático do quadro do

CMPLGBT da/e/o representante que:

I – Deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas, ordinárias e/ou extraordinárias, sem justificativa, ou, a 3 (três) reuniões intercaladas, sem justificativa;

III – Descumprir o presente Regimento Interno;

IV- Tentar burlar o presente Regimento, descumprir preceito de lei, faltar com decoro ou causar embaraço desnecessário à evolução dos trabalhos, bem como não apresentar documentação apta à sua manutenção no cargo ao qual foi empossado,

podendo ainda sofrer suspensão pelo prazo máximo de 3 meses, quando a infração for leve ou moderada.

V – For designada/e/o para exercício de atribuições incompatíveis com as funções de conselheira;

VI – Requerer seu afastamento e avisar ao Pleno deste intento;

VII– Praticar atos incompatíveis com as funções deconselheira/e/o, como:

§1° - Desacatar conselheiras/es/os, conforme previsto no art. 331 do Código Penal, que prevê o crime de desacato: Art. 331. “Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa”

§2° - Desrespeitar, usar de termos de baixo nível ou subverter a ordem na condução dos trabalhos, bem como deixar de observar, em suas manifestações, as regras de convivência e decoro.

Art. 33º - A exclusão de membras/es/os do CMPLGBT que não esteja enquadrada no Artigo 32º, somente ocorrerá mediante voto de 2/3 (dois terços) dos votos titulares, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa.

Art. 34º- Não se aplica à/ao membra/e/o suplente o disposto contido no Inciso I do Art. 32º deste Capítulo, excetose elevada/o formalmente à condição de membra/o titular doCMPLGBT.

Art. 35º- No caso de deliberação sobre representante do

Poder Público Municipal, a Secretaria correspondente deverá ser oficiada solicitando a substituição e explicitando os motivos da solicitação.

Art. 36º- Todas as sessões do Conselho serão abertas ao público, incluindo a eleição da próxima Presidência / Vice-

-Presidência, sendo dada voz de acordo com inscrição prévia junto à Mesa Diretora dos trabalhos

